

EUA lançam lenha na fogueira

Drogas financiam terrorismo em Cabo Delgado

Nyongu fala de manobra dilatória



Junta Militar iliba Sandura

Alinhamento de jovens nos ataques terroristas

A culpa é de quem governa



Segundo secretária de Estado dos EUA

Terrorismo em Cabo Delgado tem ligação com tráfico de drogas



A situação de crise militar e humanitária que se vive no norte de Moçambique, particularmente em Cabo Delgado, pode também estar ligada a redes de tráfico internacional de drogas, segundo a secretária de Estado para o Gabinete para os Narcóticos Internacionais dos Estados Unidos da América, Heather Merritt, que considera existir uma ligação estreita entre ataques terroristas e o tráfico de drogas produzidas no Afeganistão.

Heather Merritt, que falava na última terça-feira numa conferência de imprensa via telefone, disse que governo norte-americano está profundamente preocupado com Moçambique e, em particular, com a tomada de posições no terreno de organizações criminais.

“A droga financia redes criminosas em que os terroristas operam. No leste de África estamos a trabalhar com circuitos de heroína” que usam “barcos vindos do Irão e do Paquistão”, disse.

Aquele governante disse que os Estados Unidos estão a apoiar o Governo de Moçambique no combate ao terrorismo, procurando formar civis e forças de segurança, em articulação com o Gabinete das Nações Unidas contra a Droga e o Crime de modo a quebrar as cadeias de ligação de tráfico internacional” às redes terroristas no terreno.

“O tráfico de drogas é um problema crescente em África”, reconheceu, salientando que o leste do continente é permeável à descarga de estupefacientes, desde a “Tanzânia, Quênia a Moçambique”,

que é o “caso mais complexo” porque “existem apoios no terreno” aos traficantes.

O Departamento de Estado norte-americano está a “investir fortemente no combate ao tráfico de droga”, numa estratégia que visa “proteger a soberania dos estados nacionais”, mas também “proteger os interesses dos Estados Unidos e dos seus nacionais”.

Coronel Lionel Dyck suspeita redes criminosas

Recentemente, em uma entrevista (disponível em <http://africaunauthorised.com>) o coronel Lionel Dyck, o dono da empresa militar privada Dyck Advisory Group (DAG) contratada para combater o terrorismo em Cabo Delgado, também disse existir na região grupos com interesses no tráfico de drogas que se tornaram extremamente perigosas em ligação ao islamismo.

“Descobrimos que é uma mistura degradável de redes criminosas antigas e bem organizadas envolvidas em marfim, rubis e esmeraldas, mas o grande negócio de bilhões de dólares é a heroína sendo transportada pela área e dis-

tribuída norte e sul. Isso assumiu agora uma face islâmica e é uma combinação altamente eficaz com forte apoio externo”, disse coronel Lionel Dyck.

O veterano de guerra zimbabweano receia que o conflito em Cabo Delgado possa chegar a todas as regiões de país por falta de capacidade e meio das forças de defesa de Moçambique e afirma que os americanos têm capacidade para lidar com a situação mas o governo de Moçambique tem receio de solicitar a ajuda.

“As apostas são extremamente altas. As Forças de Defesa de Moçambique não estão preparadas e têm poucos recursos e temos que avançar rapidamente. Algumas das atrocidades cometidas são diferentes de tudo que eu já vi antes e já vi muitas guerras, em muitos lugares diferentes. O massacre que se seguiu ao ataque ao Posto Policial de Quisanga envolveu a mutilação de corpos, o corte de membros e acreditamos que os agressores comeram algumas partes do corpo. Apesar dessa barbárie, esse inimigo está organizado, motivado e bem equipado. Se

não chegarmos a esse ponto, ele se espalhará rapidamente para o sul e será uma catástrofe para toda a região”, disse ele.

Mundo fecha olhos a Cabo Delgado

Entretanto, em declaração a agência Lusa, o bispo da diocese de Pemba, Dom Luiz Fernando Lisboa, considera que o mundo ainda não tem a real dimensão do que se vive na província de Cabo Delgado. O pároco acrescenta que a indiferença resulta do facto de o mundo estar habituado a guerras.

“O mundo não tem ainda a ideia do que está a acontecer por causa da indiferença e porque parece que já nos acostumamos com as guerras. Há guerra no Iraque, há guerra na Síria e também agora há uma guerra em Moçambique. Não temos ainda aquela solidariedade que devia ter”, começou por explicar tendo acrescentado que “Por isso mesmo quando a pessoa não está dentro, não está sentindo na própria pele não esta vendo nos seus olhos é muito difícil de entender”.

Num outro desenvolvimen-

to, Dom Luiz Fernando Lisboa, acredita que no dia em que o mundo vai ter contacto com a realidade a situação poderá vir a ter outro tipo de tratamento.

“Quanto mais nós tomamos contacto com a realidade, quanto mais nos interessamos, quanto mais vemos aquilo que se passa temos a verdadeira dimensão. Não podemos tratar essas pessoas como números, são pessoas e atrás de cada pessoa está uma história este um trauma vivido nessa guerra. Ou porque perdeu casa, ou porque viu ser morto um familiar ou porque não onde está um familiar”, disse.

Dom Luiz Fernando Lisboa, chama atenção para a necessidade de não só dar de comer as pessoas mas também a necessidade de apoio psicossocial para minorar o sofrimento das pessoas.

“Muitos traumas. Não podemos contentar em dar comida. A comida é importante, mantém a pessoa, alimenta o corpo mas pessoas estão quebradas, estão traumatizadas por tudo que já vivenciou. Então, nós vemos que esse apoio psicossocial é fundamental”.



Defendem analistas políticos sobre ataques em Cabo Delgado

Alinhamento de jovens nos ataques é culpa de quem governa

LUÍS CUMBE

O académico e analista político Régio Conrado considera que toda a tese até aqui formulada na tentativa de explicar os contornos dos ataques em Cabo Delgado fracassou, uma vez que foram incapazes de trazer realidades concretas, como medir a estrutura real de conflitualidade social existente, dinâmicas étnicas políticas de forma detalhada, o impacto das relações entre Moçambique e Tanzânia, no que aponta a exploração do gás. Conrado sublinha como falhas do Governo o que leva ao alinhamento de jovens em acções de confrontos um pouco pelo país.

Falando num debate denominado “Um olhar sobre democracia, paz e segurança”, organizado pelo Parlamento Juvenil, Conrado apontou as fragilidades dos estudos sobre Cabo Del-

gado à possibilidade de trazer à superfície os interesses corporativos a nível das Forças de Defesa e Segurança (FDS) que justificam sua fragilidade no combate. Os estudos não descrevem na íntegra o perfil dos indivíduos envolvidos nos ataques, para além de se trazer uma interpretação profunda do que realmente significa a situação toda de Cabo Delgado.



A questão da democracia, paz e segurança, segundo Conrado, continua um processo de construção em Moçambique e aparenta longe de conhecer consenso de que se deseja, uma vez tratar-se de processos que exigem uma análise colectiva política, condição essa que continua negada pelo governo da Frelimo.

Para o analista Conrado, a paz custa recursos financeiros, significa distribuição de lugares de poder e sublinha

que há que se entender que enquanto houver tentativa de controlo absoluto de poder, por determinados grupos de elites provinciais, distritais e locais haverá contestação desta visão, e como consequência a não integração ao discurso

da unidade nacional, patriótico, pois traduz a ideia de que o país a que se pertence é totalmente diferente do país que se está impor unidade nacional. “O sistema político moçambicano é responsável pela distribuição de riqueza e da diversidade de recursos de forma encadeada, do nível nacional, provincial, distrital até local, e o modelo que pode colocar em causa o equilíbrio social em casos da juventude que se encontram fora dos esquemas de reprodução socialmente aceites, o que de certo modo poderá contribuir para que os jovens se engajem dentro conflitos militares do centro e em Cabo Delgado”, argumentou Conrado.

Por outro lado, Conrado, aponta que a Frelimo, ao longo dos 45 anos, não só não se preparou ao nível interno para mudanças sociais, cognitivas e intelectuais da juventude que



viria a formar-se e ser crítico, ao compreender que a sua situação socioeconómico e educacional emerge de problemas de governação resultando de escolhas políticas falhadas e não de outros factores.

Estes cenários, argumenta Conrado, colocaram o Governo da Frelimo num dilema de não saber controlar de forma profunda a sua juventude senão através de processos económicos, de exclusão dos espaços de tomada de poder, marginalização de discursos contrários, comum em quase todos os regimes.

“Se nós temos esta juventude que não é compreendida por quem governa obviamente que haverá confrontação. O problema não é da juventude ou da sociedade, mas de quem governa, porque quem governa tem responsabilidades”, fundamentou.

Entende Conrado que o país teve oportunidades de reverter a situação nos últimos 30 anos, entretanto, tropeçou quando decidiu privatizar praticamente todo o Estado, sobretudo, os sectores essenciais em benefício de indivíduos sem competência técnico profissional comprovada na produção de riqueza nacional, ou seja, o país decidiu deixar o que é fundamental para criar a paz social e beneficiar de determinados lucros.

A fonte chama atenção para os conflitos no centro e na província de Cabo Delgado, como antevisão do que poderá acontecer nos próximos anos, havendo já condições para uma explosão social dos que continuam profundamente

marginalizados, podendo criar uma situação de instabilidade.

“O grande problema é que estamos a descobrir o que nos é fundamental, a corrupção excessiva, políticos corrompidos, pessoas que capturam o Estado, a estruturação da economia política do país para benefícios individuais, perceijos que penetram a máquina do Estado, a administração pública. Hoje, o discurso de que somos unidos não é suficiente”

Regredimos em termos de integridade pública - CIP

Na sua intervenção, Borges Nhamirre, do centro de Integridade Pública (CIP), apontou que, apesar de alguns avanços e conquistas no que



refere a abertura do Governo e a multipartidarismo, liberdades de imprensa, descentralização política, o país regrediu no que refere a integridade na administração pública, em que há funcionários de diferentes escalões a beneficiar-se de fundos do Estado, com total impunidade na sua maioria, apontando para o caso de dívidas

ilícitas, caso Helena Taipo, que nunca foi constituído arguido, nem a seus representantes.

“Em termos de integridade não houve avanço nos 45 anos de independência, pois importa ao partido Frelimo a isenção nos termos da lei para empresários fazerem importações de congeladores, motorizadas, entre outros, e há sempre fugas ao fisco mas nunca há responsabilização, no entanto, na transparência houve alguns avanços, embora há ainda o que melhorar”.

Há que despolarizar debate político - IMD

Para Osman Cossing do Instituto para Democracia Multipartidária (IMD) é pertinente que se tenha partidos fortes orientados em programas e com uma visão estruturada e interventiva, o que exige mais intervenção nos processos de construção do país, elemento fundamental para uma democracia consolidada.

O desafio, segundo entende Cossing, passa pela despolarização do debate político em que se deve incluir os extra parlamentares sobre questões estruturais que muitas vezes são discutidas num fórum polarizado entre duas grandes formações po-

líticas, a Frelimo e Renamo.

“Podemos falar agora da revisão da Constituição da República, que foi fortemente influenciada por este debate bipolarizado, no que diz respeito a questões de descentralização, a reforma eleitoral e bem como o processo do DDR, que também está muito bipolarizado aos nossos olhos”.

Das acusações que pesam sobre Sandura em Sofala

Mariano Nyongo diz que **nunca** recebeu apoio de Sandura Ambrósio



JORDANE NHANE

O Líder da autoproclamada Junta Militar da Renamo, Mariano Nyongo, em contacto via teleconferência com a imprensa baseada na cidade da Beira, província de Sofala, decidiu dissipar todas as dúvidas em torno das alegadas acusações tendenciosas que pesam sobre Sandura Ambrósio, ora detido pelas autoridades da justiça na província central de Sofala acusado de ser um dos principais financiadores da Junta Militar da Renamo que opera na região centro do país, entre as províncias de Sofala e Manica. Enquanto isto, Sandura Ambrósio, ouvido em sessão de audiência e julgamento na Primeira Secção do Tribunal Judicial do Dondo, Sandura também negou categoricamente ter orientado ao réu António Bauaze para recrutar homens para se filiarem à Junta Militar da Renamo, acrescentou ainda que, num dos contactos que este manteve com António Bauaze, foi simplesmente para emprestar dinheiro ao co-réu na qualidade de uma pessoa conhecida.

Mariano Nyongo nega categoricamente ter sido financiado por Sandura Ambrósio para alimentar a Junta Militar da Renamo. Nyongo disse que, se isso acontecesse, a Junta Militar estaria neste momento falida ou mesmo fracassada pela detenção de Sandura Ambrósio como suposto financiador. Mas o que acontece é o contrário, diz.

Nyongo diz que, neste momento, a Junta Militar da Renamo encontra-se mais fortificada e unida com a entrega voluntária de um número ainda não especificado de homens às suas fileiras, com a finalidade de desencadear mais acções militares em repúdio à liderança de Ossufo Momade que alegadamente está sendo manipulada pelo governo da Frelimo para acabar com a Renamo.

O famoso líder da guerrilha

da Renamo, Mariano Nyongo, acusa Ossufo Momade de ser um grande traidor, pelo facto deste ter supostamente dividido a Perdiz no país. Nyongo esclarece ainda que Sandura Ambrósio não foi detido por ter apoiado a Junta Militar da Renamo. Ele acredita que Sandura foi detido pelo facto de ter se juntado uma multidão de membros da Renamo na Beira no mês de Abril do ano passado para manifestar contra a eleição de Ossufo Momade como presidente da Renamo. “Desde que o Sandura Ambrósio foi detido, a Junta Militar da Renamo nunca teve problemas ligados a falta de quaisquer tipo de logística para o seu funcionamento, e nunca a Junta Militar parou com suas incursões armadas contra o governo porque a mesma não tem falta de nenhum material para o seu funcionamento”.

Mariano Nyongo disse ainda que a Junta Militar da

Renamo nunca foi financiada pelo Sandura Ambrósio, tendo de seguida acusado Ossufo Momade de estar a usar o governo da Frelimo para intimidar Sandura Ambrósio pelo facto do mesmo ter se mostrado indiferente a sua liderança.

Nyongo acusou ainda a Ossufo Momade de estar a enganar o povo moçambicano, sendo um plano que está sendo executado pelo governo da Frelimo para diabolizar a Renamo. Mariano Nyongo deixou ficar uma pergunta ao público em geral e que ele mesmo preferiu formular da seguinte forma: “Qual é o valor com que Sandura financiou à Junta Militar da Renamo?”

Mariano Nyongo justifica que foi por esta razão que, quando Sandura foi detido, ele não quis se envolver. Se o Sandura fosse o financiador da Junta Militar, ele (Nhongo) teria logo de imediato convocado uma conferência de imprensa para reivindicar a sua detenção. “Eu não chamo a ninguém para vir se integrar a Junta Militar, as pessoas vem sozinhas, e já existem muitos militares a se integrarem na Junta Militar e nunca mandei ninguém para efectuar quaisquer recrutamento para a Junta Militar, nunca”, disse.

“E se eu chamei a eles para recrutar pessoas para se filiarem a junta militar, então procurem saber com eles mesmos onde eu estou escondido. A Junta Militar é um grupo sério, composto por guerrilheiros moçambicanos e que nunca morrerão à fome!”-rematou Mariano Nyongo.

Segundo Governadora de Manica

População deve receber desmilitarizados da Renamo

A governadora da província de Manica, centro de Moçambique, Francisca Domingos Tomás, apela às autoridades comunitárias e religiosas sediadas nesta parcela do país a encetar um movimento de mobilização da população com vista a receber de forma condigna e sem pânico, nas comunidades, os homens recém-desmilitarizados e desmobilizados da Renamo.

A chefe do conselho executivo provincial de Manica, Francisca Tomás, que trabalhou no passado fim-de-semana nos distritos Manica e Tambara, onde respeitando o distanciamento físico, manteve encontros conjuntos com as autoridades comunitárias e religiosas, estas que se acredita terem maior legitimidade em convencer as comunidades a reintegrar socialmente os homens da Perdiz pacificamente.

Numa altura em que corre o processo de desmilitarização, Desmobilização e Reintegração (DDR) dos guerrilheiros da Renamo em várias bases da zona centro do país, Francisca Tomás recomenda as autoridades acreditadas nas comunidades para acolher estes cidadãos moçambicanos em ambiente de irmandade e harmonia.

As lideranças comunitárias são chamadas igualmente a conceder espaços aos ex-guerrilheiros do maior partido da oposição de Moçambique para a construção das suas residências, visto que lhes são oferecidos material de construção e sementes de várias culturas agrárias de modo a começar uma nova vida sem o estrondo das armas de fogo.

Francisca dirigiu-se aos líderes religiosos para os mesmos transmitirem a população o espírito de perdão ao próximo, como rezam as leis de Deus. “Muitos sítios que serão desmilitarizados e desmobilizados poderemos ter um irmão, por isso temos que mobilizar a nossa comunidade para saber os receber e não retaliar porque eles estavam a fazer mal a nós, eles são nossos filhos, irmãos e amigos, e nós queremos viver em paz e viver em paz significa perdoar”, disse.

Enquanto o DDR está em processo, a Junta Militar da Renamo continua a perpetuar ataques e saques ao longo das estradas nacionais da zona centro do país, como também no interior dos distritos das províncias de Manica e Sofala, factos que concorrem para o pânico e insegurança no seio da população destes pontos de Moçambique.

Recorde-se que, no passado dia 14 do mês em curso, este grupo terrorista invadiu o centro de saúde de Chipindaumue

no distrito de Gondola, província de Manica, onde retiraram parte considerável de medicamentos essenciais incluído 98 frascos de anti-retrovirais, porém sem causar danos humanos, mas a situação deixou os profissionais de saúde daquela unidade sanitária em pânico.

Face aos factos acima descritos, a chefe do conselho executivo provincial de Manica, instou a população desta província a redobrar a vigilância comunitária com vista a denunciar os homens da autoproclamada Junta Militar da Renamo como forma de evitar ambientes terroristas no interior da circunscrição em que Francisca Tomás dirige.

“A Junta Militar da Renamo está a continuar a matar, está a continuar a promover guerra, nós devemos estar unidos àquelas populações que estão a sofrer, nos solidarizamos a eles e podermos, se tivermos algum familiar naquela zona, aconselhamos para denunciar, quem é que está com Nhongo-? A fazer essa guerra que nós já não queremos, quem é esse que esta promover mortes nesse momento em que nós queremos a paz? Temos que denunciar as autoridades competentes para podermos acabar com essa guerra”, afirmou.

No tocante ao reinício gradual das aulas, a governadora de Manica intensificou monitoria e fiscalização das condições das escolas secundárias dos distritos de Manica e Tambara por onde visitou, para aferir o nível de prontidão destas unidades escolares olhando para as medidas de prevenção da nova pandemia da COVID-19.

A dirigente afirmou que urge melhorar as condições sanitárias da escola secundária geral de Chinghamapere em Manica, como também Eduardo Mondlane no distrito nortenho de Tambara, sobretudo nos balneários, salas de aulas e pátio escolar. Outro desafio deixado em Tambara cinge-se em construir uma vedação em torno da unidade escolar para evitar o contacto dos alunos com a comunidade circunvizinha, acrescentando que as escolas não devem ser o novo foco de transmissão da Covid-19 nesta parcela do país.

Kelly Mwenda

Contornos Políticos dos “Esquadrões da Morte”

Apesar da contínua utilização dos “esquadrões de morte” - que selectivamente raptam, torturam e assassinam académicos e activistas políticos críticos da governação da Frelimo e de Filipe Nyusi - os mandantes dos crimes continuam por identificar. Principais vítimas:

Gilles Cistac, constitucionalista franco-moçambicano - morto a tiro (2015) em Maputo; Jeremias Pondeca, membro do Conselho do Estado pela Renamo - morto a tiro (2016) em Maputo; José Jaime Macuane, politólogo - raptado, torturado, baleado e abandonado (2016) em Maputo; Ericino De Salema, jornalista e advogado dos direitos humanos - raptado, torturado e abandonado (2018) numa via em Maputo; Anastácio Mata-vel, líder de um grupo de observação eleitoral da província de Gaza - morto a tiro (2019) na cidade de Xai-Xai, cerca de 3 meses antes das eleições presidenciais e legislativas.

Dos vários casos, apenas os assassinos de Anastácio Mata-vel foram levados a julgamento, pois, na tentativa de fuga, envolveram-se num acidente de viação - dos 5 ocupantes da viatura em que seguiam, 2 morreram, 1 continua foragido e 2 foram detidos e julgados, condenados a c. 24 anos de prisão. Todos são agentes de uma unidade de elite da Polícia (PRM), o Grupo de Operações Especiais da Unidade de Intervenção Rápida.

Em comum, os diferentes casos envolvendo os “esquadrões de morte” têm que os assassinatos e ou raptos aconteceram à luz do dia em centros urbanos. Os integrantes dos grupos são geralmente agentes da PRM e, segundo fontes do sector da segurança, seguem instruções de dentro da corporação. Na sua actuação, foi identificado o uso de armas e viaturas da PRM. Todas as vítimas têm em comum oposição pública à Frelimo e/ou a Filipe Nyusi, ou colaboram com a Renamo.

Apesar dos fortes indícios de que os “esquadrões de morte” agem a mando de facções dos serviços de segurança e/ou Governo de Filipe Nyusi, em nenhum dos casos foi determi-

nado o mandante dos crimes.

O presidente da Confederação das Associações Económicas (CTA) e deputado da Frelimo, Agostinho Vuma, baleado a 10 de Julho em Maputo, tem um perfil distinto das outras vítimas dos “esquadrões”. Quando abordado, terá reconhecido um dos assassinos e gritado o seu nome (“Salimo”), segundo os guardas do prédio da baixa de Maputo que testemunharam o atentado. Conforme apurado, o autor do crime reconhecido, já detido, é membro da PRM.

Agostinho Vuma é deputado da Frelimo e responsável por organizar no distrito de Chókwè (Gaza) grupos de jovens do partido (“grupos de choque”), que sabotam actividades políticas de partidos da oposição na província, sobretudo nos períodos eleitorais. Neste papel, Agostinho Vuma operou com agentes especiais da PRM que integram os “esquadrões” de morte e assim terá conhecido um dos autores do atentado contra si.

Fontes partidárias rejeitam motivações políticas no crime, apontado para divergências com outros membros da Frelimo motivadas por disputas de negócios, dívidas e/ou questões passionais.

À Frelimo são agora apontadas tentativas de aproximação a Ericino De Salema. Depois do atentado, Ericino De Salema continuou activo e em Agosto de 2018 preparou a estratégia de defesa e o respectivo recurso de Manuel Araújo ao Tribunal Administrativo, impugnando a decisão do Conselho de Ministros que retirou a presidência do Município de Quelimane a Manuel Araújo, por este ter saído do partido MDM, pelo qual fora eleito, e ter ingressado na Renamo, durante o mandato. Apesar de no recurso de Manuel Araújo não constar o nome do Ericino De Salema, é sabido que foi ele quem liderou o processo.

Também de forma discreta,



em 2018, Ericino De Salema desenhou a estratégia e preparou o recurso de Samora Machel JR para impugnar a decisão do seu afastamento à corrida eleitoral à presidência do Município de Maputo. O recurso que deu entrada no Conselho Constitucional onde foi chumbado.

Mais tarde dirigiu o maior programa de Observação Eleitoral de Moçambique, chefiando o escritório local do EISA - Electoral Institute for Sustainable Democracy in Africa, com financiamento de países nórdicos. Nas eleições de 2019, Ericino De Salema coordenou a observação eleitoral de organizações da sociedade civil e da Igreja Católica, com ambição de ter mais de 4.000 observadores nos postos de votação. Contudo, o plano foi sabotado, com os órgãos eleitorais a não emitirem credenciais para mais de 3.000 observadores ou a emití-los em cima da data da votação, inviabilizando a participação dos mesmos.

Pouco antes de iniciar o programa de observação eleito-

ral, Ericino De Salema recebeu para a sua protecção um agente especial da PRM, por ordem do então ministro do Interior, Jaime Basílio Monteiro. Ainda no contexto das eleições, Ericino De Salema passou a ser convidado para comentar regular na estatal (TVM), espaço que normalmente é reservado a apoiantes do regime.

Presentemente, Ericino De Salema é advogado do jornal Canal de Moçambique, crítico do Governo, no processo que enfrenta, acusado pelo Ministério de Defesa Nacional (MDN) e Ministério Público (MP) de crime contra a segurança do Estado, por ter publicado contratos de prestação de serviços de segurança militar aos projectos de Gás Natural Liquefeito (GNL) de Cabo Delgado, celebrados pelo Governo com as empresas Anadarko e Eni.

A capacidade de Ericino De Salema de lidar com a oposição, jornalistas, membros da sociedade civil, missões diplomáticas, doadores, para além da sua competência técnico-ju-

rídica, faz com que o Governo se interesse pela sua cooptação, através de recompensas, como forma de incentivo. Ericino De Salema é apontado como tendo detentor de ambições políticas.

Os privilégios concedidos a Ericino De Salema pelo Governo, naquilo são interpretados em meios políticos de Maputo como tentativas de Filipe Nyusi criar proximidade em relação a um quadro de reconhecida competência e domínio de corredores diplomáticos, principalmente com os países nórdicos, os principais financiadores de programas de desenvolvimento do país, públicos e de organizações da sociedade civil.

No passado dia 09 de Junho Ericino De Salema, assinou no Gabinete do Primeiro Ministro Carlos Agostinho Do Rosário, um contrato de 3,4 milhões de meticais (cerca de USD 50 mil) para a elaboração de uma proposta de revisão da Lei de Gestão de Calamidades. O contrato de consultoria foi adjudicado ao seu escritório de advogados ESA - Advogados Associados, sem concurso público.

No âmbito desta consultoria, Ericino De Salema visitou o antigo director geral do Instituto Nacional de Gestão de Calamidades, Paulo Zucula, detido na cadeia central de Maputo, que foi responsável pela actual Estratégia de Gestão de Calamidades. Paulo Zucula está detido por crimes de corrupção enquanto ministro dos Transportes e Comunicações de Armando Guebuza. A visita de Ericino De Salema a Paulo Zucula na cadeia, foi interpretada como demonstrativa de crescentes ligações entre Ericino De Salema e o Governo da Frelimo. Paralelamente, Ericino De Salema tem sido regularmente consultado pelo Conselho de Ministros e por Filipe Nyusi, sobre matérias jurídicas.

Em contraste, outra vítima sobrevivente dos “esquadrões”, José Jaime Macuane, tem mantido perfil discreto, continuando como docente no Departamento da Administração Pública e Ciência Política da Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane. (África Monitor)



CASSAMO LALÁ*

SOBRE O AMBIENTE RODOVIÁRIO

Falta de legislação sobre dispositivos de sinalização luminosa em automóveis e reboques

Antes de avançar para a argumentação do tema que escolhemos abordar esta semana, entendemos que talvez não fosse despropositado fazer uma pequena introdução sobre a iluminação de veículos. A iluminação de veículos é constituída pelos dispositivos de iluminação (que têm a função de iluminar) e dispositivos de sinalização (que têm a função de emitir sinais), permitindo que o condutor possa ver e ser visto, aumentando assim as condições de visibilidade e segurança. Os reflectores com que os veículos vêm equipados fazem também parte da iluminação dos veícu-

los uma vez que a definição de luz no âmbito dos veículos é a seguinte: “Luz é um dispositivo destinado a iluminar ou a emitir sinal luminoso”. Uma vez que o reflector emite um sinal quando sobre ele incide uma luz, é considerado como um dispositivo de sinalização luminosa, constituindo parte integrante da iluminação de veículos.

Alguns motoristas de empresas moçambicanas de transporte que operam também fora do nosso País, têm vindo a queixar-se por estarem a ser confrontados pela Polícia desses outros países, alegadamente pelo facto de os seus veículos não disporem de alguns dispositivos de si-

nalização luminosa exigidos a nível internacional. Este é um problema do qual já alertamos os nossos legisladores em várias ocasiões e tudo se deve ao facto de após ter sido publicado em 2011 o actual Código da Estrada, nunca mais se publicou o respectivo Regulamento. Para darmos alguns exemplos da referida falta de Regulamento, vejamos o que dizem alguns artigos do Código da Estrada:

_Artº27 nº4. “Os veículos que devam parar na via pública ou deslocar-se em marcha lenta devem utilizar avisadores luminosos especiais cujas características serão fixadas em regulamento”. O tal regulamento de

que ainda se aguarda publicação.

_Artº 59 nº1. “Os dispositivos de sinalização luminosa e os reflectores dos veículos, bem como as respectivas características são fixados em regulamento”. Sobre reflectores, a única legislação que saiu é a que se refere às fitas reflectoras com que certos veículos devem estar equipados. Porém, existem muitos outros tipos de reflectores e outros dispositivos de sinalização luminosa cujo regulamento continua sendo esperado.

Importa referir que não é só no aspecto da iluminação dos veículos que os artigos do Código da Estrada aguardam pela regulamentação, uma grande

parte dos artigos deste Código está na mesma situação, ou seja, aguarda por ter regulamentação.

Este é um assunto que deve ser tratado com alguma urgência pelos nossos legisladores. Quando os motoristas moçambicanos, transitando com os seus carros além fronteira, informam a polícia de que em Moçambique a legislação nada se refere aos tais dispositivos de sinalização luminosa que estão a ser exigidos, de nada serve esta argumentação e, ou pagam a multa, ou entram no esquema da “cabritagem”, isto é, no esquema do suborno.

*DIRECTOR DA
ESCOLA DE CONDUÇÃO
INTERNACIONAL.

JOÃO MELO*

África e o Covid-19

Embora seja a região menos afectada, por enquanto, o novo coronavírus já chegou ao continente africano. No momento em que actualizo este texto para o DN, 33 dos 54 países do continente já registaram mais de 680 casos confirmados do Covid-19. Também ocorreram 18 falecimentos. Até agora, trata-se de casos importados, ou seja, a chamada propagação comunitária ainda não começou.

Enquanto alguns dos habituais

idiotas que pululam nas redes sociais são obrigados a silenciar as patéticas com que reagiram ao surgimento deste surto, tipo “o coronavírus não nos contamina a nós, negros”, “já temos malária, o coronavírus não vai apanhar-nos” e outras que tais, outros preocupam-se em levantar suspeitas, subtis ou não, acerca da fidelidade desses números.

A verdade é que, neste momento, os especialistas não sabem por que razão tão poucos casos (relativamente) do Covid-19 foram registados em África. Mas

Marry Stephen, funcionária da Organização Mundial da Saúde (OMS) em Brazzaville garante que a contagem tem sido precisa. “Eu não diria que se trata de subestimação”, disse ela, citada pela revista brasileira Exame.

De sublinhar que a crença de que o vírus morre mais rapidamente sob temperaturas altas não está provada cientificamente. Para Stephen, o número baixo de infectados com o novo coronavírus no continente africano implica, provavelmente, que ainda não existem grandes surtos de-

fectados. Se os houvesse, acrescentou a funcionária da OMS, o número de mortos estaria “bem acima” do verificado até agora.

Uma das razões para o reduzido número, talvez por enquanto, de casos de coronavírus em África foi a decisão da maioria dos países da região de fechar rapidamente as suas fronteiras, pelo menos em relação aos passageiros oriundos dos países estrangeiros mais afectados pelo Covid-19. Nos últimos dias, vários países, como Angola, avançaram mesmo

para a suspensão temporária de todos os voos internacionais.

Entretanto, todos - africanos e não-africanos - concordam que a possibilidade de o novo coronavírus se espalhar pelo continente africano é especialmente preocupante por causa da fragilidade dos sistemas de saúde da maioria dos países da região. Mas a questão também pode ser vista por outro ângulo: África tem uma grande experiência de lidar com surtos epidémicos, que pode, se necessário, ser útil neste caso. *DN

<p>Registado sob o nº 016/GABINFO-DE/2002</p> <p>Propriedade da NOVOMedia, SARL</p> <p>Gestora Administrativa</p> <p>Esmeralda do Amaral, Cell: 82-457 6070 84-269 8181</p> <p>esmelifania2002@gmail.com</p> <p>Direcção, Redacção Maquetização e Administração: Av. 25 de Setembro, N. 1676, 1º Andar, Portas 5 e 6 Cell: 82-307 3450 (PBX) zambeze.novomedia@hotmail.com</p>	<p>Director: Ângelo Munguambe Cell: 84 562 3544 (E-mail: munguambe2@hotmail.com)</p> <p>Editor: Egidio Plácido Cell: 82 592 4246 ou 84 771 0584 (E-mail: egidioplacidocossa@gmail.com)</p> <p>Redacção: Ângelo Munguambe, Egidio Plácido, Luís Cumbe e Constantino Novela</p> <p>Colaboradores: Dávio David e Elton da Graça</p> <p>Columnistas: Sheikh Aminuddin Mohamad, Cassamo Lalá, Francisco Rodolfo e Samuel Matusse</p>	<p>Grafismo: NOVOMedia, SARL</p> <p>Fotografia: José Matlhombe</p> <p>Revisão: AM</p> <p>Expansão:</p> <p>Adélio Machaieie (Chefe), Cell: 84-7714280 (PBX) 82-307 3450</p> <p>Publicidade:</p> <p>Egidio Plácido Cell: 82-5924246 84-7710584 egidioplacidocossa@gmail.com</p> <p>Impressão: Sociedade do Notícias S.A</p>



ALMADINA

Sheikh Aminuddin Mohamad

A criança e os seus direitos

As crianças são nossos filhos, são o bem mais precioso que se pode ter. São como uma luz que ilumina as nossas vidas, o futuro brilhante que desejamos depois da nossa partida deste Mundo.

Elas são um mundo cheio de inocência e pureza, tanto na família como na sociedade. São a esperança, são os Homens do **amanhã**, pois neles depositamos esperança, enfim, são os nossos continuadores.

Estas nossas crianças têm muitos direitos sobre nós, muito mais do que os seus deveres. Podemos até dizer que não temos o direito de obrigá-las a seja o que for, por ainda não terem atingido a fase em que sejam capazes de assumir responsabilidades, pelo que o nosso dever para com elas é enorme. E a atenção que lhes dedicamos é que pode contribuir para que elas observem os necessários cuidados para que venham a ser Homens conhecedores dos seus direitos, e cumpridores das suas obrigações cívicas, patrióticas sociais e religiosas, da melhor forma.

Há mais de 1.400 anos que o Isslam atribui grande importância à criança e aos seus direitos, o que resulta da importância que sempre se atribuiu às ligações familiares, bem como ao seu papel no cuidado que lhes deve ser dispensado por forma a crescerem fortes e aptas a servir a sua pátria.

A vida familiar é das melhores coisas que a sociedade produziu, nas sucessivas civilizações, pelo que não se deve privar a criança deste aconchego, excepto em caso de extrema necessidade.

Se por qualquer razão a criança for obrigada a viver num lar, devem-se-lhe criar condições aproximadas às da sua casa, às do seu seio familiar, pois os aspectos físicos, sentimentais, sociais e intelectuais ajudam bastante no desenvolvimento da personalidade da criança, e também no seu equilíbrio social e psicológico.

As crianças têm indiscutivelmente o direito a cuidados médicos, à educação, incluindo a religiosa e moral. Têm direito ao usufruto de várias oportunidades que lhes garantam que possam brincar livremente com os seus amigos e colegas da mesma idade.

O Isslam garantira já os Direitos da Criança antes mesmo de se concluir a formação do feto no ventre da mãe, mantendo-os depois de nascer, na fase de lactação, fase esta em que precisa de muito carinho e cuidados especiais.

O próprio Profeta Muhammad (S.A.W.) cresceu órfão e Deus recordou-lhe isso no Qur'an, no Cap. 93, Cap. 6:

“Acaso não te encontrou órfão, mas amparou-te”?

Consta no Cap. 107, Vers. 1 - 2 do Qur'an:

“Acaso viste aquele que rejeita o Dia do Julgamento? Esse é o que repele o órfão”!

Consta também no Cap. 90, Vers. 11 - 15:

“Mas não atravessou o Aqaba. E o que te fará saber o que é o Aqaba? É libertar um cativo, ou alimentar em dia de fome extrema, um órfão com laços de parentesco”.

Consta ainda no Cap. 2, Vers. 83: *“E sede bondosos com os pais, os parentes, os órfãos e os necessitados”.*

E encontramos ainda no Cap. 76, Vers. 8 do Qur'an: *“E por amor a Ele, alimentem com comida o necessitado, o órfão e o cativo”.*

Portanto, é obrigação de um crente tratar bem uma criança órfã, pobre. Caso se trate de uma criança órfã, mas rica, devem-se-lhe prestar os melhores cuidados, cuidando também da sua riqueza. Não se deve em circunstância alguma delapidar a riqueza do órfão, pois essa é das maiores injustiças que se pode praticar contra ele.

O Estado tem a obrigação de cuidar e gastar a favor dos órfãos caso estes não tenham quem cuide deles, assim como está estabelecido no Qur'an, Cap. 8, Vers. 41, e também no Cap. 59, Vers. 7. No que toca ao estabelecimento dos Direitos dos Órfãos, o Isslam não se fica por aí, pois definiu o Direito do Órfão na herança do falecido, mesmo que ainda esteja na fase de gestação, quando ainda não se sabe se viverá ou morrerá, se é rapaz ou rapariga.

E por ser um Direito do Feto ainda em gestação, o Isslam tornou obrigatória a prestação de cuidados à gestante, por abrigar no seu ventre um ser que já é órfão antes mesmo de nascer.

O Isslam considera sendo parte das necessidades do órfão, gastar-se a favor da mãe, seja como esposa, ou mesmo quando ela já estiver divorciada, conforme consta no Qur'an, Cap. 65, Vers. 6: *“E se estiverem grávidas, gastai então para elas até que se libertem do seu fardo (isto é, dêem à luz)”.*

O Isslam providenciou que se cuide da mãe e do bebé que está sendo amamentado, de acordo com o que consta no Qur'an, Cap. 65, Vers. 6 - 7: *“E se estiverem amamentando para vós (uma criança vossa), dai-lhes então suas retribuições, e (nisso) consultai-vos entre vós com bondade, mas se vos dificultardes um ao outro, então que outra amamente (a criança) para que ele, o possuidor de vastos recursos (na amamentação da criança) gaste de seus vastos recursos. E aquele cuja provisão é restrita (isto é, tem poucos recursos) que gaste do que Deus lhe deu”.*

E Deus diz no Qur'an, Cap. 2, Vers. 233: *“E as mães amamentarão seus filhos dois anos inteiros, para quem quiser completar a amamentação. E ao pai (da criança), cabe a si provê-las e vesti-las de forma razoável (isto é, às mães lactantes). Que ninguém seja sobrecarregado (com um fardo) para além da sua capacidade; Que a mãe não seja prejudicada devido ao seu filho, e nem o pai devido ao seu filho. E (se o pai faleceu, então) sobre o herdeiro (observai) os mesmos deveres. Mas se desejarem o desmame (antes do*

prazo), havendo entre ambos consenso e consulta mútua, então não há pecado para ambos. E se desejardes amamentar vossos filhos (com amas de leite), então não há pecado para vós, desde que pagueis justamente o que é devido. E teme a Deus, e sabe que Deus é Observador do que praticais”.

E os cuidados a ter com as crianças não se limitam a isto, pois o Isslam preocupou-se também com o seu crescimento de forma saudável e robusta, pelo que recomendou exercícios físicos, natação, hipismo, luta livre, etc., em suma, e na linguagem moderna, o desporto. O Isslam preocupou-se também com a educação moral e religiosa das crianças. Atribuiu grande importância à educação da criança, pois o conhecimento é um tesouro inesgotável, que se vai renovando quanto mais nós a acompanhamos. O Profeta (S.A.W.) considerava a educação uma obrigação para o crente, seja ele rapaz ou menina. O cuidar da criança é uma obrigação, independentemente de ela estar sob cuidados de ambos os progenitores, ou só da mãe. Em qualquer dos casos ela merece todo o cuidado. E todas as suas necessidades físicas, de saúde, de educação, etc., devem ser satisfeitas, para que assim ela encontre nos seus pais o modelo excelente. Par que tenhamos uma Nação forte, é de extrema importância que prestemos a devida atenção à criança.

Comercial

ANUNCIE NO
ZAMBEZE

Departamento Comercial

Contactos: (+258) 82 307 3450

(+258) 824576070 | (+258) 84 269 8181

E-mail: esmelifania2002@gmail.com

esmelifania2002@yahoo.com.br



CÉSAR VAMOS VER

Advogado C.P. 1454*

Da legalidade do gozo de férias em tempos de estado de emergência/Covid-19

Em face da pandemia da Covid-19, o Presidente da República de Moçambique declarou o estado de emergência, através do Decreto Presidencial nº 11/2020, de 30 de Março, ratificado pela Lei nº 1/2020, de 30 de Março.

Face ao rápido crescimento do número de casos e das cadeias de transmissão da Covid-19, sendo que em algumas cidades encontram-se na fase de transmissão comunitária, o Presidente da República declarou a prorrogação do estado de emergência, por mais três vezes.

Moçambique está na vigência do estado de emergência nacional há 4 meses. Trata-se de um instituto constitucional nunca antes materializado no nosso ordenamento jurídico, facto que tem criado, obviamente, um enorme esforço legislativo e interpretativo com vista a regulamentar e regular situações concretas que tem surgido em resultado das restrições impostas pela declaração do estado de emergência.

A declaração e vigência do estado de emergência têm consequências económicas e financeiras negativas para as empresas, as quais procuram alternativas para mitigar tais impactos.

Dentre as várias alternativas que se consideram, questiona-se e discute-se a possibilidade do gozo de férias (remuneradas ou não remuneradas) durante o período em que as empresas não estejam a laborar ou tenham reduzido a produção, com vista a garantir a manutenção do emprego

e especialmente a retenção de trabalhadores que já possuem qualificação e conhecimento da actividade, bem como cumprir com a obrigação legal que é conceder às férias anualmente aos trabalhadores. Para o efeito, propomo-nos reflectir resumidamente sobre as possíveis implicações legais do recurso ao regime de férias em tempos de estado de emergência resultantes da Covid-19.

As férias são interrupções da prestação de trabalho, por vários dias (em regra consecutivos), concedidos ao trabalhador com o objectivo de lhe proporcionar um repouso anual, sem perda de retribuição¹.

O direito a férias deve efectivar-se de modo a possibilitar a recuperação física e psíquica dos trabalhadores e a assegurar-lhes condições mínimas de disponibilidade pessoal, de integração na vida familiar e de participação social e cultural². Este é o fundamento principal do gozo das férias (quer individuais como colectivas).

O gozo das férias constitui um direito indisponível do trabalhador, que tem a sua consagração na Constituição da República de Moçambique³, e na Lei do Trabalho⁴.

As férias podem ser atribuídas de forma individual, ou seja, para um trabalhador em concreto, ou colectivamente.

Relativamente as férias individuais, tal como a própria denominação a denuncia, estas são atribuídas individualmente aos trabalhadores, sendo que o empregador deve, em coordenação com o órgão

sindical, elaborar o plano de férias a ser gozado pelos trabalhadores ao longo do ano⁵.

Por outro lado, a doutrina laboral entende por férias colectivas as concedidas, de forma simultânea, a todos os trabalhadores de uma empresa ou unidade de produção, ou apenas aos trabalhadores de determinados estabelecimentos ou sectores de uma empresa ou unidade de produção, independentemente de terem sido completados ou não os respectivos períodos para a sua aquisição.

O regime das férias colectivas consta do nº 3 do artigo 100º da LT o qual estabelece que, se a natureza e organização do trabalho, bem como as condições de produção o exigirem ou permitirem, o empregador, mediante consulta prévia ao órgão sindical competente, pode estabelecer que todos os trabalhadores gozem as suas férias simultaneamente.

No entanto, a discussão prende-se com a legalidade da imposição do gozo de férias por parte da entidade empregadora, durante o período do estado de emergência.

Entendemos que, em princípio, a imposição pelo empregador para o gozo de férias durante o período de estado de emergência pode ser questionada, uma vez que tal imposição opõe-se à finalidade do direito a férias, o qual visa o descanso físico e psicológico dos trabalhadores, objectivo este que dificilmente será obtido em isolamento forçado em plena pandemia e estado de emergência.

Alternativamente, nos casos em que haja consulta

prévia ao órgão sindical para estabelecer que os trabalhadores gozem as suas férias simultaneamente, do qual resulte um parecer favorável, entendemos que, é permitido o gozo de férias colectivas. Nos casos de férias individuais, ao trabalhador individualmente considerado, recomenda-se que este, solicite o gozo das suas férias, cabendo a entidade empregadora diferir o pedido. Trata-se da manifestação da vontade expressa das partes, que por um lado resulta de um consenso e da necessidade de manter o vínculo laboral e não perda de rendimentos. Por outras palavras, somente o trabalhador sabe quando efectivamente é o momento ideal para o gozo das suas férias, permitindo-lhe a necessária recuperação física e psíquica, e disponibilidade pessoal, de integração na sua vida familiar e de participação social e cultural. Não obstante esteja em vigor o estado de emergência, prevalece a vontade do trabalhador e a anuência da sua entidade empregadora.

Caso o trabalhador já tenha gozado as suas férias, ou devido a sua antiguidade, não tenha dias de férias suficientes para gozar durante o período do estado de emergência ou em que a empresa estiver encerrada, as partes podem recorrer ao regime de antecipação das férias (nº 3 do artigo 101 da LT). Em nosso entender significa que, no mesmo ano, o trabalhador pode gozar as suas férias adquiridas e não gozadas, e por seu turno, antecipar até 30 dias de férias do ano seguinte, desde

que não acumule mais de 60 dias de férias, sob pena de caducidade. Por esta via, a entidade empregadora e o trabalhador procuram cobrir o tempo em que a empresa não se encontra a operar.

O acordo para a implementação de férias colectivas (remuneradas) entre a entidade empregadora e o trabalhador, visa por outro lado, evitar a perda do direito à remuneração do trabalhador, e a sua mão-de-obra, aqueles que verdadeiramente operam a empresa, e que foram objecto de formação pelo empregador, mas também evitar a perda das férias por acumulação.

Atente ao princípio da estabilidade e segurança da relação jurídica, e o princípio da irredutibilidade da remuneração, a alternativa com vista a contornar ao regime das férias parece-nos oferecer melhores condições para o trabalhador, não obstante representar um esforço financeiro para a entidade empregadora.

Concluindo, do acima exposto entendemos que, face à situação do estado de emergência, e os efeitos da Covid-19, a entidade empregadora e os trabalhadores querendo, podem recorrer ao regime de férias e antecipar às férias anuais, durante o período em que estiver inactiva, desde que consulte previamente os trabalhadores, representados pelo sindicato, nos casos aplicáveis, e seja pago a remuneração correspondente ao período das férias.

*Agente Oficial da Propriedade Industrial Nº 241

¹ FERNANDES, António De Lemos Monteiro (Janeiro de 2005), Direito do Trabalho, Edições Almedina. SA., Coimbra, pág. 406.

² MARTINEZ, Pedro Romano, Direito do Trabalho (Abril 2002), Coimbra, Portugal, pág.506 e 507.

³ Nº 1 do artigo 85 da CRM, com as alterações da Lei 1/2018 de 12 de Junho.

⁴ Artigo 98 e seguintes da Lei 23/2007, de 1 de Agosto (Lei do Trabalho)

⁵ Nº 1 do artigo 100 da LT.

DOUGLAS MADJILA

Em tempos da covid-19: Beba muita água, lave sempre as mãos! Ironia de Mulotana

Mulotana porque é das mais próximas localidades administrativas da cidade da Matola, na província de Maputo e não só, próximo também da cidade capital do país, Maputo, mas, se entrássemos um pouco mais a fundo para as extremidades da nação, encontraríamos certamente muito mais do que uma simples ironia no que diz respeito ao assunto água potável. Mulotana dista a poucos quilómetros das cidades de Maputo e Matola e não tem água potável. E feliz ou infelizmente é já uma zona bastante habitada, tendo os seus residentes de fazer das tripas o coração para garantir a vida, pois não nos podemos esquecer da verdadeira e grande máxima – sem água não há vida.

Estamos ainda a falar dos transtornos causados pela falta do precioso líquido, e incrivelmente já é possível pressentir arrepios de terror, antes mesmo de nos debruçarmos da terrorista Covid-19, a maldosa imperatriz dos últimos tempos. E é mesmo a Covid-19 que nos vem refrescar a memória em relação ao nível de desgraça em que ainda nos encontramos, problemas de água potável, a água é também indispensável para que, pelo menos, se possa sobreviver num contexto da Covid-19 e, para nossa infelicidade, estamos em tempos da covid-19.

Mulotana tem estruturas, uma administração constituída que seguramente conhece a triste realidade diária que lá se vive, desde a mal batida terra cheia de pedregulhos, por onde ondulam os cidadãos pendurados em carros de caixa aberta, vulgo “my love”, como seu meio de transporte, isto porque os autocarros públicos de passageiros duraram, apenas, o período da campanha eleitoral, até às salubres águas que constituem o lençol dos poços residenciais.

A maior dor é a compra de água, isso para quem pode, pior que isso, é mesmo o consumo da água salubre. Pedimos perdão pois não conhecemos a real função das estruturas e podemos estar equivocados em socorrer-nos à elas, mas porque não nos esquecemos dos autocarros eleitorais, lembramos então que para além de termos votado em um Presidente da República, nível muito alto para a nossa ignorada sede, a província de Maputo colocou também cerca de vinte assentos na Assembleia da República, nossos representantes directos, dividimo-los consoante a confiança de cada um de nós e desses esperamos um pouco mais do que um simples copo de água limpa e então, que não nos desviem a confiança pois ainda vem pela frente muitos mandatos aos quais concorrerão com certeza, que façam o favor de lembrar que a fila do escrutínio pode-se tornar insuportável quando se está com tanta sede e consequentemente perturbar a decisão na urna.

Mas como é possível beber muita água para confrontar o coronavírus, se nem sequer tem tal água, como é possível lavar as mãos com frequência se mal se pode matar a sede, como é possível ficar em casa se nem percorrendo quilómetros é possível ter água, portanto, é totalmente irónico combater à covid-19 como residente de Mulotana, fazendo parte de uma estatística fora do plano estrutural dos dirigentes.

Esses cidadãos já merecem, mesmo antes da covid, uma medalha nacional de resiliência, lidam com a vida mesmo sem água, terrível. Cidadãos entregues à própria sorte, que se olhássemos para o contexto em que se vive hoje, o da covid-19, diríamos, cidadãos entregues à própria morte, e sabemos todos que a covid veio para ficar e para matar.

Socorro! Exigimos aos responsáveis a assumirem de facto a sua responsabilidade e colocarem, desde Mulotana na província de Maputo até a última localidade da ensanguentada e esquecida província de Cabo Delgado, a um patamar que pelo menos torne possível combater à covid-19, visto que a vitória contra esta pandemia é incerta para o mundo inteiro, mas, quando a incapacidade de combate começa pela falta de água é caso para se dizer que tal país não tem governo e que o estado é tão curto que começa e termina nas capitais provinciais e vilas municipais, com sérias dificuldades de abranger a todo território. Tristonho.

Editorial

Minimizar presidente da Renamo é atropelo a democracia

Há alguns meses, parece haver um interesse por parte de vários sectores, alguns definidos e outros indefinidos, em tentar desacreditar e minimizar o líder da Renamo, mas não podemos esquecer que ele foi democraticamente eleito em um Congresso e que tem o apoio da grande maioria dos membros do partido, dos votantes e dos simpatizantes.

Desde que foi nomeado presidente de seu partido, ele seguiu as ideias e directrizes que seu antecessor, o líder indiscutível da Renamo, Dhlakama, deixou marcadas em suas negociações com o Governo, assim como seu desejo de uma paz duradoura para o nosso país, uma paz para todos.

Temos que entender que as situações não ficaram paralisadas ao longo do tempo, elas mudam de acordo com os diferentes momentos e que é necessário se adaptar às mudanças que estão ocorrendo, mas sempre mantendo o único objectivo que é alcançar a paz. Hoje, será difícil encontrar qualquer cidadão que não esteja satisfeito com este acordo e pudera usufruir da tão esperada paz após tantas mortes e tantos sofrimentos.

Em todos os partidos políticos, sempre há membros que tentam pressionar e até enfraquecer o líder, porque estão buscando obter a liderança, às vezes de maneira não democrática, membros que pensam que merecem mais ou que pensam que não são suficientemente valorizados, tendo em conta que a ambição humana às vezes supera a inteligência.

Ossufo Momade, apesar das suas críticas de alguns que esperavam obter mais vantagens dentro do partido, é uma pessoa que cumpriu os objectivos de seu antecessor de maneira exemplar e depois de tantos anos, o objectivo da paz foi alcançado. Todos devemos ser gratos ao presidente da Renamo, Ossufo Momade, por seu trabalho e os acordos alcançados, ao invés de criticarem e dizer que Nyusi e a Frelimo domesticaram ou que compraram Ossufo.

Se analisarmos a realidade do partido até a morte de Dhlakama, a estrutura e a actividade política foram baseadas exclusivamente em seu líder, o partido era Dhlakama e tudo girava em torno dele.

Essa estrutura personalizada deixou o partido em uma situação muito complicada após a sua morte e agora é necessário organizar uma nova fase criando e organizando o partido com uma estrutura actual e pensando no futuro.

Não há dúvida de que essa nova fase cria situações e mudanças para se adaptar a uma nova realidade, mudanças que, sem dúvida, podem produzir tensões, mas Ossufo Momade está conduzindo essa nova etapa com prudência e decisão, em benefício do partido. É isso que muitos, habituados a uma liderança pouco democrática, a um líder da oposição que se opôs a tudo mesmo sabendo que também se beneficiava ele e o país dessas decisões, não conseguem se adaptar a nova liderança. Por outro lado, o reconhecimento como líder da oposição é importante, porque de facto é o reconhecimento da Renamo e de todos os seus membros indirectamente.

Em muitos países existe esse reconhecimento, que tem um tratamento preferencial e que representa os milhões de cidadãos que votaram neles e consolidaram a democracia. Além disso, este título foi introduzido ainda quando Dhlakama estava vivo e foi proposto anteriormente a Nyusi, uma ideia aplaudida por todos e muitos cidadãos na altura.

Queremos um líder da oposição como o guerrilheiro Nhongo, que não sabe quais são seus objectivos, excepto matar inocentes e destruir a paz e o bem-estar dos cidadãos ou queremos uma pessoa aberta ao diálogo e preservará paz como Ossufo Momade?

Os seres humanos não são perfeitos e cometemos erros, todos, também como você, mas isso não significa que não valorizamos as suas acções positivas dos políticos que beneficiam a grande maioria dos cidadãos mesmo que as vezes só se enfoca no negativo e criticamos as suas acções positivas.

Nestas semanas e meses em que estamos sofrendo com a pandemia da Covid-19, precisamos entender que é mais importante colaborar com as instituições e ajudar a resolver problemas o máximo possível do que enfrentar batalhas estéreis por meia dúzia de votos, os cidadãos, sem dúvida, apreciarão isso. Essa atitude não é uma fraqueza, é força e espírito de Estado.

Revela estudo sobre mineração de carvão a céu aberto em Moatize

Exploração do carvão põe em causa meios de sobrevivência das comunidades

LUÍS CUMBE

O impacto da extracção do carvão a céu aberto na região de Moatize, província de Tete, segue caminhos acentuados de degradação da vida das comunidades abrangidas com tendência a agravar-se pelos anos à frente. Estudo feito abrangendo comunidades da zona delimitada para o feito, Moatize e Benga, naquela província, lançado pelo Sekelekanne, revela comprometimento dos serviços básicos de sobrevivência das comunidades para além de problemas de âmbito respiratório, registando-se com algum agravo naquela região.

O estudo indica a extracção de carvão a céu aberto como tendo prejuízos sobre os serviços essenciais à vida das comunidades locais, comprometendo culturas agrícolas, a criação de animais, pesca, aquacultura, alimentos não cultivados, combustível de biomassa (lenha) e acesso à água, à qualidade do ar, a regulação de recarga hídrica e fluxos de água, purificação de águas e tratamento de afluentes.

Realça o estudo a necessidade de uma reflexão participativa para a revisão das questões de reassentamento condigno das comunidades afectadas com garantia de meios de vida sustentáveis. Verifica-se particularmente na província de Tete um défice de trabalhos inspectivos periódicos das condições de saúde e de educação sobre riscos ambientais derivadas da sua exposição à actividade mineira.

A actividade de mineração no meio físico provoca, entre outros efeitos, alteração da qualidade de água e do ar, das propriedades do solo e das

dinâmicas dos rios e lagoas.

As comunidades na região delimitada para o efeito apontaram, de acordo com o estudo, a má formação fetal, resultando em abortos, seguida de doenças pulmonares e da pneumonia, as comunidades associam estas patologias e a exposição ao pó de carvão mineral

De acordo com o estudo, no que refere a qualidade do ar, foram detectadas partículas em suspensão que incluem dióxido de enxofre, monóxido e dióxido de carbono e óxidos de nitrogénio. As percentagens de partículas totais presentes nas amostras do ar ora colectadas na área do estudo pertencem à massa de partículas inaláveis e que, segundo o estudo, podem penetrar até os alvéolos pulmonares, apontado como acção de alto risco.

Algumas famílias seleccionadas e consideradas macro invertebrados tolerantes à poluição em quantidades maiores nas amostras recolhidas traduz um indicativo de poluição das águas dos rios próximos dos empreendimentos de mineração de carvão mineral.

Indica-se um certo grau de



poluição das águas superficiais, significando que a actividade mineral provocou a poluição de caudais das águas superficiais e a redução da qualidade de água utilizada para o abastecimento doméstico, comprometendo os diferentes usos da água pela população local.

Das comunidades de áreas abrangidas pelo estudo apenas 47 % indica que residir em Moatize não é seguro, sendo a maioria das que indicam haver riscos considerando os malefícios que a mineração de carvão pode trazer com a contaminação do ar pela poeira, (em referência ao pó de carvão mineral), o que piora a qualidade do ambiente.

O estudo revela que a exposição ambiental à poeira de

carvão mineral ocorre praticamente em todos os pontos da autarquia de Tete na sequência da dispersão das partículas de carvão, no entanto, parte considerável dos residentes da urbe parece não estar ciente do impacto desta acção, para além da ameaça maior das explosões e do acúmulo das “pilhas” de reservas de carvão mineral produzidos durante o processo fabril depositadas a céu aberto.

“Apesar de as comunidades mostrarem-se apreensivas em relação aos riscos sobre a sua saúde, há uma percepção de que a seriedade e o grau de periculosidade dos riscos atinge mais aos que residem na região de Moatize e, sobretudo, os que vivem em áreas próximas das minas.”

O estudo considera que, apesar da invisibilidade aparente dos riscos provocados pela exploração do pó de carvão sobre a saúde, este pode estar associado ao resultado das representações produzidas pela familiaridade ou ainda pelo convívio frequente com o pó de carvão, que transformou o perigo em factos naturais.

“Assim alguns inquiridos referiram que bastava que lhes fosse fornecido leite para mitigar os riscos à saúde e que não se importariam em continuar a viver nas áreas afectadas”.

Curiosamente, esta percepção terá sido induzida por algumas empresas, que em fases iniciais dos seus projectos, teriam fornecido leite às comunidades locais para limpar a poeira.

Comercial

ANUNCIE NO ZAMBEZE

Departamento Comercial

Contactos: (+258) 823073450 | (+258) 824576070 | (+258) 842698181

E-mail: zambeze.novomedia@hotmail.com

esmelifania2002@yahoo.com.br

Defende Lúcia Ribeiro, Veneranda Presidente do CC

Mais do que aprovar textos constitucionais, é importante educar os homens



DÁVIO DAVID

A Veneranda Presidente do Conselho Constitucional (CC), Lúcia Ribeiro, defende que, mais do que o nosso país discutir e aprovar novos textos constitucionais, é importante educar os homens e apostar na meritocracia.

Lúcia Ribeiro discursava durante a última sessão de uma mesa redonda promovida pelo CC, havida na última semana, com o tema: “Origem e Desenvolvimento do Constitucionalismo”.

De acordo com a magistrada, de tudo o que foi dito no referido evento “fica constatação de que mais do que discutir e

aprovar textos constitucionais, é importante educar os homens no seu entendimento e aplicação plena; é importante emancipar o Estado e aprofundar a meritocracia”.

Segundo Lúcia Ribeiro, foram deixadas recomendações ao CC por se tornar destacável o papel institucional, as funções constitucionais e a responsabilidade política e social do CC no contexto do processo

de consolidação e aperfeiçoamento da ordem democrática no nosso país e, mais directamente, no plano da construção de uma jurisprudência das liberdades concebida e formulada em favor dos direitos e garantias da pessoa humana.

“Neste contexto, impõe-se ao Conselho Constitucional, como guardião, por excelência, da Constituição e fiel depositário da preservação da autoridade da supremacia constitucional, decorrente da consagração expressa do artigo 243, reafirmar, a cada momento, o seu respeito num contínuo exercício de lealdade para com a Lei Fundamental”, disse Ribeiro.

O CC, segundo fez saber no referido evento, para além do papel em matéria eleitoral pelo qual é largamente conhecido, é, sobretudo, como jurisdição fiscalizadora da constitucionalidade das leis e da legalidade dos actos normativos dos órgãos do Estado, que surge como verdadeiro órgão regulador do sistema jurídico-político, assente na normatividade constitucional, garantia da efectividade dos direitos fundamentais dos cidadãos.

“A crescente judicialização das relações políticas no nosso país resultou na expressiva ampliação das funções institucionais conferidas, inclusive, pela recente Lei de Revisão Constitucional, convertendo os Juízes e os tribunais em árbitros dos conflitos que se registam na arena política”, justificou Ribeiro.

“É assim que no âmbito do quadro político - constitucional, no âmbito do aprofundamento da democracia participativa e a garantia da paz” conferiu-se a este Órgão as competências de apreciar e deliberar sobre a demissão do Governador de Província e do administrador de Distrito, pelo Presidente da República, alínea d), apreciar e deliberar sobre a dissolução das assembleias provinciais, distritais e autárquicas, pelo Conselho de Ministros. Em todos os domínios de sua intervenção, o Conselho Constitucional tem um papel relevante e decisivo, reafirmando a soberania da Constituição, proclamando-lhe a superioridade sobre todos os demais actos do Poder Público e sobre todas as instituições do Estado, o que permite reconhecer-lhe a su-

prema importância no contexto do Estado Democrático de Direito”, defendeu a magistrada.

Partido Frelimo (também) se deve reformular

Recorde-se que o veterano da guerra de libertação nacional Óscar Monteiro foi um dos oradores convidados para o evento que temos vindo a citar e, na ocasião, Monteiro sustentou que o bom funcionamento do Estado continua a ser preocupação dos partidos e da sociedade moçambicana, incluindo da sociedade civil, contudo defendeu que o facto não significa que um partido político permaneça como cúpula do Estado “preenchendo todos os lugares e determinando todas as decisões”.

No entender de Óscar Monteiro, para continuar a existir como partido “é preciso que essa organização retome a sua verdadeira e originária vocação de mobilizar e educar os cidadãos, estar à escuta do sentimento popular”.

“Tal significa redefinir critérios de nomeação, torná-los transparentes. Significa também estabilizar a administração, abandonar a prática de alterações constante de chefias intermédias, no fundo estabelecer uma separação entre o nível político e o nível profissional da administração pública. Significa atrair os melhores para a administração, atrair as forças vivas da sociedade que vem emergindo, ansiosas por servir o bem público. Uma função pública dos melhores, sem nepotismo nem amiguismo”, disse Monteiro na ocasião.

Comercial

Africa Report Moçambique: Cabo Delgado, 2017-2020

Nasequência dos AFRICAREPORT - Cabo Verde 2017, Moçambique 2018, Angola 2018 e Angola 2019, o Africa Monitor Intelligence anuncia o lançamento do AFRICAREPORT Moçambique - Cabo Delgado 2017-2020

O AM Intelligence, que vem seguindo o conflito no Norte de Moçambique desde a sua eclosão, com informação regular para os seus assinantes, disponibiliza agora informação e análise de relevância estratégica sobre as origens do levantamento, a gestão interna da crise no topo da liderança da Frelimo a na Presidência, oferta de auxílio externo, resposta ao nível das FDS, momentos - chave do conflito, papel das empresas de segurança privada e perspectivas futuras.

Para mais informações, por favor contactar:

Patrícia Dias - patricia@africamonitor// +351 936 307 183

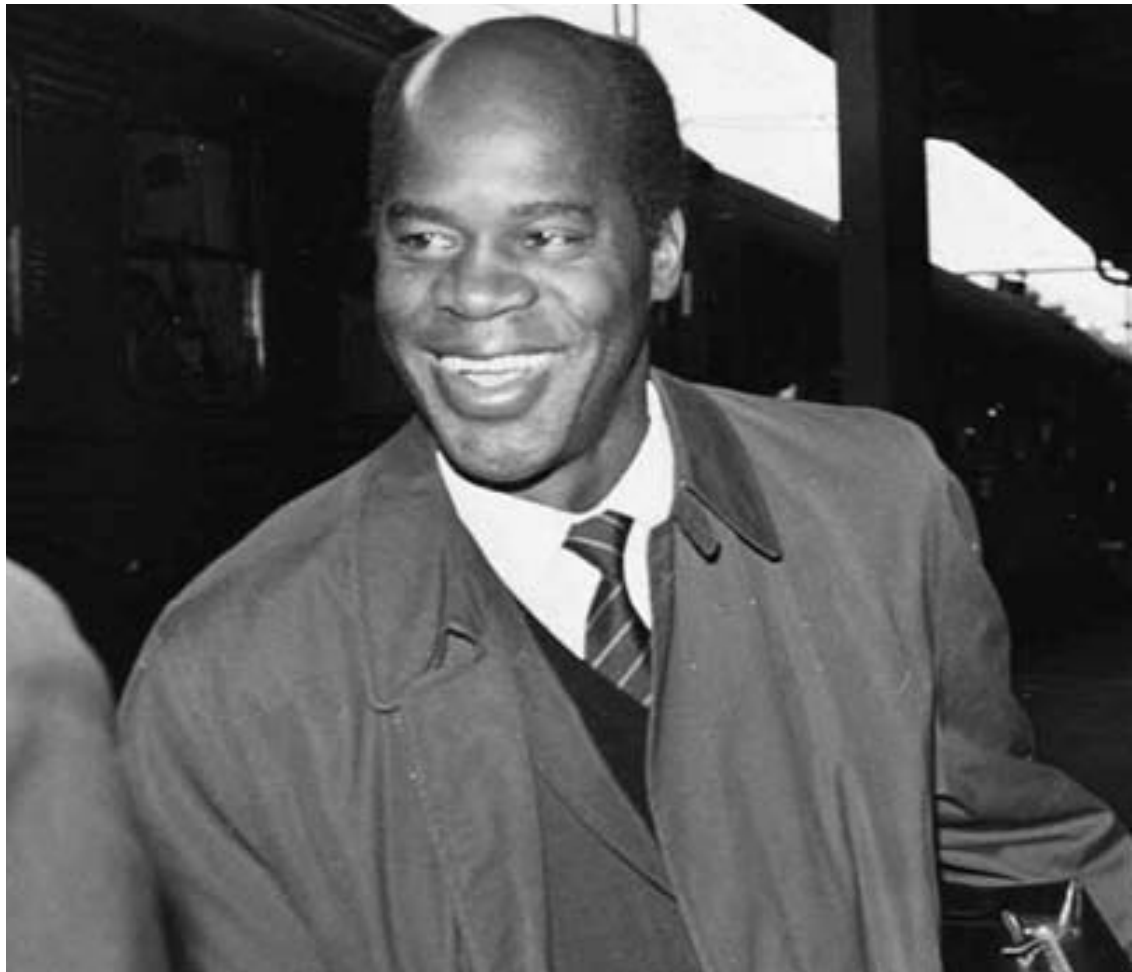
Excitante e enriquecedora obra e projecto político

ALBERTO LOTE TCHECO

A questão tribal é séria mesmo nos tempos actuais. O slogan “matar a tribo para fazer nascer a nação” pode ter pecado por silenciar as vozes acusadas de “tribalistas” em vez de um debate aberto como foi, por algum tempo, tal como o debate à volta de Mondlane estava monopolizado, para depois, verificar-se que, afinal, a tribo continua bem viva e se pode questionar se ela é mesmo tribo ou nação que pode ser autenticada por um sistema de organização federalista, tal como aconteceu e acontece mesmo nos países europeus.

Outro caso dilemático ilustrativo é o que se pode perceber do autor citado, Bernabé Lucas Ncomo. Ncomo é um intelectual, formado em Ciências Sociais como Mondlane, e deputado pela bancada da oposição MDM (Movimento Democrático de Moçambique), o partido liderado por Daviz Simango, filho do reverendo Uria Simango, que foi vice-presidente de Mondlane e depois expulso do movimento e assassinado pelo governo da Frelimo oficialmente declarado (o partido Frelimo) marxista-leninista, após a independência nacional, juntamente com muitos outros antigos combatentes da FRELIMO acusados de “contra-revolucionários” ou “reaccionários”. Na sua obra, Ncomo, na mesma linha contraditória de Zeca Caliate, faz progredir a sua narrativa sobre Mondlane conjugando-a em sequências alternadas de paixão (admiração pela inteligência elevada do Doutor) e pela crítica (acusação de uso de meios maquiavélicos mas muito inteligentes) a esta figura. São da sua obra os seguintes excertos (1) [A linha marxista-leninista tinha como] “estrategas principais, Marcelino dos Santos e um grupo de moçambicanos de origem europeia e asiática, e não Mondlane como muitos julgariam”. Trata-se de um elogio a Mondlane, ilibando-o da crítica, actualmente, feita a esta doutrina. (2) “Embora anos mais tarde alguns círculos ligados ao poder político em Moçambique viessem a atribuir o socialismo ‘marxista-leninista’ que se instalaria no Moçambique independente a Eduardo Mondlane, tendo como base a última entrevista deste com o jornalista Aquino de Bra-

gança (pouco tempo depois da realização do 2º Congresso da Frelimo em 1968), a verdade manda dizer que há um enorme desfasamento entre o que se observa e a situação em que Mondlane estava mergulhado nos fins da década de 60. Peca-se por não se analisar o contexto em que Mondlane afirma que a Frelimo caminhava (sob sua liderança) para um socialismo de estilo marxista-leninista. E não só: Iguamente descarta-se o carácter do próprio entrevistador, um marxista-leninista assumido que teve o cuidado de não se dignar a tornar pública a entrevista de Eduardo Mondlane quando este estava ainda em vida”. Mas a voz de Mondlane, nessa entrevista, está lá e não se pode duvidar, mas o apaixonado autor pela alta intelectualidade daquele a quem também acusa pela queda do seu próprio amado e protegido Uria Simango, não pode responsabilizá-lo e, tal como seu admirador (a Mondlane), também se exercita em rabiscados argumentos de Análise de Discurso para responsabilizar o contexto e o entrevistador, como o culpado de “sujar” Mondlane e responsabilizar a linha marxista do movimento, como se ele fosse manipulável. (3) “A despeito desta ilação, de forma nenhuma se pretende minimizar o papel de Eduardo Mondlane na concepção da estratégia que viria a vitimar o Rev. Uria Simango e outros nacionalistas moçambicanos”. Nota-se aqui uma branda crítica ao intelectual “dos seus sonhos”, minimizando a sua importância na vitimização de Uria. Os principais culpados são os outros sulistas. Para se salvar a honra do Doutor, Ncomo aceita tornar o seu ídolo académico um ingénuo que se dei-



xou manipular, como julga que o foi o “santo” e “ingénuo” Uria, o que contrasta com o que afirma quando revela que “segundo ainda Rarig, citado por Antunes, a despeito de todo o esforço do Ocidente, no sentido de condicionar a Frelimo e, sobretudo, o seu presidente, era difícil domar Mondlane. ‘A verdade é que não o podemos controlar’ - afirmou Rarig. “Podemos apenas confiar nele. Ele é temperamental, emocional, psicológica e intelectualmente leal ao Ocidente”.(4) “Kamba Simango foi, segundo dados disponíveis, o primeiro moçambicano de raça negra a adquirir uma formação superior nos E.U.A. Morreu vítima de atropelamento em Acra (capital do Gana), poucos meses depois de um encontro com Eduardo Mondlane, naquela cidade”. Há aqui a desvalorização de Mondlane (não é o primeiro negro doutorado nos EUA) por um outro Simango doutor, mas, mesmo assim, o PhD Mondlane é, estrategicamente, superior a Kamba Simango que morre depois do encontro com ele. A coincidência da morte com o en-

contro dos dois pode se oferecer a uma leitura direccionada, se, de acordo com o mesmo autor, Gana, do presidente Kwame Nkruma, apoiava Adelino Gwambe, o fundador estratega da união e fundação da FRELIMO antes de Mondlane chegar a Dar-es-Salaam. Gwambe foi adversário de Mondlane e foi expulso da Tanzânia por influência de Mondlane e foi se refugiar no Gana. Segundo esta obra, Gwambe acusava Mondlane de ser um agente da CIA. Pode se ler este trecho não somente de uma crítica como de uma insinuação da autoria pela morte de Kamba Simango, cuja forma de morte é semelhante ao modelo dos filmes e documentários das operações dos serviços secretos, como a CIA.(5) “Sem ter em conta a dimensão do seu acto, Simango facilitaria toda uma estratégia que alguns etnocêntricos e regionalistas viriam mais tarde a gerir com muita discrição e inteligência no interior da organização, culminando com o seu isolamento. Ademais, é preciso realçar que Eduardo Mondlane era bacharel em Ciências Sociais e doutorado em Antropo-

logia. Qualquer sociólogo ou antropólogo conhece com profundidade, na essência, o valor da etnia e da região de origem no comportamento do indivíduo. Pelo que Mondlane entendeu a essência do conteúdo da carta em tsonga de Malhuza e Malhayeye. O resto, como qualquer académico que se preze faria, só faltava pôr a cabeça a trabalhar e agir no terreno de acordo com as circunstâncias. E Mondlane fê-lo com destreza. Tinha uma bagagem académica que lhe conferia um amplo vislumbre do que se passava em seu redor. Simango nunca soube do conteúdo da carta enviada ao antropólogo, pois embora tivesse tido conhecimento do contacto entre este e alguns membros da Udenamo, oriundos do Sul de Moçambique, julgou apenas ter-se tratado de um simples convite para Mondlane participar no encontro e, como qualquer um, candidatar-se à presidência do movimento. Enganou-se. Mas Mondlane não só ganharia folgadoamente em consequência do seu currículo académico e experiência nos corredores das Nações Unidas - facto que, sem dúvi-

ora pesquisa sobre

o de Mondlane (conclusão)



nal, o indivíduo tende a permitir que a lealdade étnica esteja acima da lealdade rácica'. Nesse seu trabalho de natureza científica, por via de inquéritos e amostragens bem trabalhadas, Eduardo Mondlane chega à conclusão de que 'o etnocentrismo e a definição social da raça, são factores poderosos no condicionamento do comportamento social'. Muito bem citado e compreendido, como bom estudante, o autor da obra "Simango: Um homem, uma causa" parece inverter o objecto e objectivo da sua obra, colocando Mondlane como o homem com H maiúsculo por ser um PhD em Ciências Sociais, o mesmo ramo do dele. Mas Gwambe, um jovem e sem nenhuma formação académica, valendo-se da sua maturidade humana e patriótica, enfrentou o Mondlane, momentos após a sua chegada e concluiu que não estava em condições de liderar o movimento. Mahluza, que foi o autor do nome FRELIMO, aponta Gwambe como o real arquitecto, o fundador efectivo da FRELIMO, em Gana, mas como este era um jovem (sem idade de ser um PHD) e sem nenhum grau cobiçável, não podia ter a capacidade arquitectónica exigida para a unificação. Por isso, Ncomo atribui a Mondlane a arquitectura da união e fundação da FRELIMO, ainda que os meios justifiquem os fins, pois estes são atingidos por quem tanto estudou. É daí que escreve que: (5) "Logo após à sua chegada a Dar-es-Salaam, na primeira metade de Junho de 1962, [mesmo] contra a campanha anti-americana desenvolvida por Gwambe, Mondlane ripostaria de forma inteligente. Engendraria uma campanha junto aos membros dos dois principais movimentos (UDENAMO e MANU) que consistiu em prometer bolsas de estudo para os Estados Unidos e outras partes do mundo a todos aqueles que se mostrassem interessados em estudar, se saísse vencedor da eleição de 25 de Junho. E nesse seu jogo não só teria como pontas de lança os que o haviam convidado para se deslocar a Dar-es-Salaam, como também o próprio Reverendo Simango o ajudaria energeticamente. A par disso, Mondlane despendeu largas somas em dinheiro para aliciar os

potenciais eleitores de circunstância e pôs mão a tudo para agravar a já debilitada imagem do jovem Adelino Gwambe". Nada mais que um fabuloso relato do jogo feito por um adepto apaixonado, que admira a elevadíssima táctica dum Mourinho (treinador) e a habilidade tecnicista dum Ronaldo. Os meios maquiavélicos (de Mondlane) não servem para desqualificar os resultados, pois mesmo o adversário não se apercebe deles.

Nesta linha de apresentar Mondlane como pragmático, um produto do sistema liberal americano, desvalorizando-se os seus últimos pronunciamentos, estão os também académicos filósofos PhDs Ronguane e Severino, que importam equacionar as suas posições pragmatistas de Mondlane na linha do Ncomo, demonstra-se que as suas teses se circunscrevem na mesma dicotomia de mal/bem, resultando num estado conflituoso de quem defende alguma polaridade sobre Mondlane. O ego político, académico e social do pesquisador da obra e projecto políticos de Mondlane não podem repousar tranquilamente, pois o objecto (Mondlane) não se deixa apropriar seguramente por seja quem for.

Parece, pois, concludente que a obra e o projecto (ideal) políticos de Mondlane são e valem por esta sua multifacetude contraditória, dissenso (falta de consenso) e paradoxo insuperáveis, por serem excitantes e enriquecedores para um debate construtivo que vai contribuir para o desenvolvimento do país. Para este resultado, o que se exige é a liberdade de pesquisa, expressão e comunicação da obra e projecto políticos de Mondlane, sem as quais o país não se pode desenvolver. Dos projectos ideológicos e políticos governativos que redundaram em fracasso, pode se apontar a inibição dum espaço destas liberdades sobre Mondlane e o seu apropriação por uma casta política.

Uma contribuição merecedora de especial elogio é a acção desenvolvida pela Fundação Eduardo Mondlane, em especial, na pessoa da mamã Janet, a esposa de Eduardo Mondlane, e seus filhos. Este valor particular reside no apelo que fazem ao incentivo para que qualquer pessoa,

especialmente, a academia, para que investigue a obra de Mondlane, pois Mondlane é pertença de todo do povo moçambicano e não exclusivamente da sua família ou da Frelimo. Quer sejam obras de elogiosas ou de crítica a Mondlane não devem ser proibidas, mas incentivadas. Esta posição (de a família não cativar Mondlane) não é assim tão fácil e inédita como se pode imaginar, se recordarmos que, há poucos anos, o médico de Nelson Mandela, o Doutor Vejay Ramlakan, que cuidou dele, nos últimos anos da sua vida, viu a sua obra "Os Últimos Dias de Mandela" retirada das prateleiras das livrarias, poucos dias depois da sua edição/publicação, por vontade da sua esposa, a moçambicana senhora Graça Machel, que ameaçou processar o médico autor da mesma, uma atitude impossível de entender. A obra já estava sendo vendida e avidamente adquirida. Mas Mandela, como Mondlane, como Jesus Cristo e outras figuras históricas são de interesse e grandeza que ultrapassa os restritos limites da família e da sua organização e, por isso, continuamos a aguardar que esta obra, sobre Mandela, seja liberta, tal como o próprio Mandela o faria, por mais críticas injustas e insultos que tivesse sobre ele, dada a grandeza que se pontificava na humildade. Por isso, parabéns à família Mondlane que, não só não cativa Mondlane dos seus concidadãos, como fornece material isento de valorações, sobre a sua vida e obra, para que os estudiosos o usem como entender e não entra em algum esforço e conflito por o defender de qualquer coisa que seja para o prestígio da família.

Portanto, tão amarga deve ser que queira se apropriar da incontestável cátedra Mondlane como para satisfazer o seu ego e interesses. Como Deus que é pai de todos (santos e pecadores), e ama a todos, estes é que se digladiam e sofrem pela pretensão de o pai ser exclusivamente seu e não do outro. Mondlane é de todos e cada um diz e faz o que quiser sobre ele, uma atitude que ele deve incentivar e se alegrar da cátedra elevada em que se encontra.

das, impressionava muitos". Quem também está muito positivamente impressionado deve ser o próprio autor da obra que, num único parágrafo, se encontram quase todos os termos técnicos de qualificação e avaliação académica da mente extraordinária de Mondlane. O facto de Ncomo ser também um cientista social leva-o a ajoelhar-se diante do gigantismo intelectual do "antropólogo", "académico", "sociólogo", do "diplomata" frequentador dos corredores atapetados das Nações Unidas, etc, assumindo-se ele um seu discípulo (estudante). Esta atitude apaixonante influencia a avaliação. É assim que mesmo o amado Simango aparece como um ingénuo, uma criança, porque o único livro que possui, nas suas mãos, é a Bíblia e o valor intelectual é orientado pela moralidade, num meio selvagem e pagão. E, por esta sua estatura intelectual, Mondlane deve merecer a presidência, porque possui e sabe usar os instrumentos do poder (intelectual) conferidos pela ciência. Revelando-se um amante e apaixonado pela academia e a rendição a Mon-

dlane, Ncomo, nesta obra, não se conteve de deixar de apresentar a síntese das dissertações do estudante Mondlane, um exercício que só vale em abono do Professor Doutor Mondlane, nos seguintes termos. "Poucos anos antes da fundação da Frelimo, Mondlane acabava de se doutorar (PhD-1960) com uma tese em que dissertava sobre 'O papel do conflito, grupos de referência e raças'. Na sua tese, Mondlane procurava ilustrar os factores que influenciavam as pessoas tanto como membros de grupos raciais, étnico-religiosos, como regionais. Anteriormente (em 1956), numa tese sobre Psicologia Social para a obtenção do grau de mestrado, Mondlane havia igualmente dissertado sobre 'Conflitos de personalidades, do etnocentrismo e da definição social da raça como determinantes internos de grupos sociais'. Em jeito de introdução, Mondlane começa por informar, na sua tese, que 'queremos testar a hipótese geral de que onde houver um conflito entre a lealdade interna do grupo rácico e a lealdade interna do grupo étnico ou nacio-



JOSÉ MATLHOMBE

Zoom

Distrito de Tambara

Crescem galopantes casos de conflito Homem – fauna bravia

KELLY MWENDA

O distrito de Tambara, a norte da província de Manica, centro de Moçambique, registou nos primeiros seis meses do presente ano, 13 casos contra sete do ano transacto de conflito Homem - fauna bravia que resultaram em um óbito por ataques de crocodilos, cinco feridos e a destruição de machambas de culturas de subsistência e de rendimento numa área de 6.4 hectares por invasão de elefantes e hipopótamos.

Tambara é um distrito da província de Manica, com um clima característico quente e que regista fraca queda pluviométrica em quase todas épocas do ano, facto que dificulta a prática de agricultura, entretanto o distrito é banhado pelo rio Zambeze este que facilita a população local a cultivar vários produtos a beira do rio para aproveitar a sua humidade e fácil irrigação. Maior parte da população

daquele distrito, sobrevive na base de agricultura, focalizada nas culturas de rendimento, como é o caso de gergelim, algodão e milho que são comercializados ao nível da província de Manica e outros pontos do território nacional, mas nos últimos tempos os agricultores são desafiados a criar alternativas para desviar animais de grande porte que vandalizam as suas machambas.

Os dados foram-nos facultados pelo director distrital dos serviços das actividades

económicas de Tambara, Fernando Kingston, em entrevista exclusiva ao semanário Zambeze, este que admitiu que o conflito Homem – fauna bravia é um “calcanhar de Aquiles” ao nível daquele distrito, onde os agricultores aproveitam as zonas baixas para cultivar, mas são atacados pelos crocodilos, como também hipopótamos invadem as suas lavras.

Fernando Kingston afirma que o facto tem colocado as autoridades governamentais preocupadas, revelando que, quando os produtores daquele distrito recorrem às zonas altas para cultivar, não só enfrentam dificuldades na irrigação das machambas, como também deparam-se com manadas de elefantes que destroem as lavouras em grande escala.

“De facto casos de con-

flicto Homem – fauna bravia no distrito de Tambara é uma realidade, uma vez que está banhado por um grande rio, o rio Zambeze e lá tem os crocodilos e tem lá os hipopótamos e nas zonas altas temos os elefantes, então estamos a falar de três principais animais conflituosos com as comunidades, mas muitas vezes registamos perdas humanas pelo ataque de crocodilos”, realçou Kingston.

Face a esta situação, o dirigente disse que várias actividades deveriam ser levadas a cabo pelo sector, apontando para o abate de animais considerados problemáticos ao nível daquela circunscrição como é o caso de crocodilos e afugentamento de elefantes e hipopótamos nas lavouras, porém o sector depara-se com a escassez de material para o efeito de con-

cretização destas actividades.

“A nossa vontade é de facto que haja medidas de afugentamento desses animais, mas o assunto já está ao nível provincial, nós não temos essa capacidade, o número de animais já é bastante grande e a nossa arma já esta avariada, a província a qualquer momento poderá nos dar resposta, dizia que ia procurar caçadores privados para nos ajudar em coordenação com a coutada 7”, acrescentou.

No entanto, o director distrital dos serviços das actividades económicas de Tambara, Fernando Kingston, apela a população daquele distrito para evitar lavar roupa ou loiça nas margens do rio Zambeze, pois os pescadores devem praticar as suas actividades com protecção para evitar ataques de crocodilos e hipopótamos.

PME's beneficiaram de formação em matérias de Higiene, Saúde e Segurança



Trinta proprietários, gestores e representantes de Pequenas e Médias Empresas (PME) beneficiaram, entre os dias 13 e 16 de Julho, de uma formação em matérias de Higiene, Saúde e Segurança no Ambiente de Trabalho, promovida pela Incubadora de Negócios do Standard Bank, em parceria com a Shell.

Ministrada pela EnergyWorks, uma empresa moçambicana especializada em Sistemas Internacionais de Gestão de Saúde e Segurança no Trabalho, entre outros, a formação, que decorreu num ambiente virtual, visava aprimorar o conhecimento e compreensão das PME sobre os tipos de riscos ocupacionais de trabalho que podem ocorrer no seu dia-a-dia.

Pretendia-se, através desta formação, transmitir, aos participantes, ferramentas e conhecimentos que lhes permitam gerir os riscos inerentes ao trabalho, implementando as políticas e procedimentos correctos.

Desta forma, as PMEs seriam capacitadas para responder às demandas dos concursos para prestar serviços ou fornecer produtos a grandes corporações multinacionais que actuam em diversas áreas, tais como Petróleo e Gás, Infra-estruturas, Transporte e Logística, Confeção de Alimentos, Mineração, entre outras.

Na abertura da formação, o administrador delegado do Standard Bank, Chuma Nwokocha, explicou que a formação resulta de um memoran-

do de entendimento assinado com a Shell em 2015, que visa capacitar as PME moçambicanas em diversas matérias, de modo a que estejam preparadas para aproveitar oportunidades criadas pelas multinacionais, principalmente as que estão envolvidas no desenvolvimento de projectos de gás.

Na ocasião, Chuma Nwokocha realçou o facto de esta ser a primeira formação ministrada com recurso a meios tecnológicos, o que a torna mais inclusiva dada a participação de representantes de PME de oito províncias do país.

“A Covid-19 forçou-nos a ser mais criativos e inovadores, por isso esperamos que aproveitem ao máximo os conhecimentos e as ferramentas que obtiveram durante a formação”, disse o administrador delegado do Standard Bank, dirigindo-se aos participantes.

Por seu turno, o representante da Shell em Moçambique, Alexandre Battaglia, referiu-se à importância da Higiene, Saúde e Segurança no Trabalho na vida dos trabalhadores e parceiros de negócio de uma empresa, principalmente numa altura em que o País, em particular, e o mundo, no geral, estão a ser assolados

pela pandemia da Covid-19.

“Agora, tornou-se ainda mais urgente reforçar as medidas de segurança de modo a proteger os nossos trabalhadores e colegas. As organizações com sucesso adoptam a cultura de Higiene, Saúde e Segurança no Trabalho a todos os níveis, independentemente do seu tamanho. E vocês, como empreendedores, têm a oportunidade de introduzir, mais cedo, estes elementos na cultura das suas empresas”, sublinhou Alexandre Battaglia.

Instado a fazer o balanço dos quatro dias da formação, Emmy Bosten, Directora Geral da EnergyWorks, enalteceu a proactividade e coesão demonstradas pelos participantes, que, na sua opinião, devem começar a olhar para este aspecto (da Higiene, Saúde e Segurança no Trabalho) com mais seriedade.

“O que mais vale não é a formação, em si, mas sim o que vão fazer de hoje em diante. Se não implementarem estas regras, estarão a perder uma oportunidade de salvar uma vida ou demonstrar o seu compromisso com o bem-estar dos seus colaboradores, o capital essencial para as organizações, e das demais partes interessadas, como por exemplo os seus clientes, fornecedores etc.”.

Para os participantes, a formação foi pertinente por ter sido promovida numa altura em que as empresas são desafiadas a buscar mais conhecimento e ferramentas pois só assim é que poderão tirar vantagens das oportunidades que surgirem em diversos sectores do mercado.

“Foi um desafio participar nesta formação, por ter sido virtual, mas os formadores foram excelentes. Vamos seguir as orientações e implementar as regras de Higiene, Saúde e Segurança no Trabalho nas nossas empresas”, disse Filomena Matimbe, que falava em nome dos participantes.

Os participantes comprometeram-se, também, a partilhar os conhecimentos, bem como o material didáctico disponibilizado pelos formadores com as empresas que manifestarem interesse em introduzir ou melhorar a componente de Higiene, Saúde e Segurança no Trabalho.

Importa realçar que as cinco melhores PME que participaram na formação vão beneficiar de um “coaching” adicional com

vista à implementação efectiva das normas de Higiene, Saúde e Segurança no Trabalho nas respectivas áreas de actividade.

Escola Secundária da Catembe

BCI doa meios de protecção e higienização



A Escola Secundária da Catembe, em Maputo, recebeu, na terça-feira, 21 de Julho, do Banco Comercial e de Investimentos (BCI), um lote de meios de protecção e de higienização composto por armaduras metálicas com pedal e respectivos recipientes munidos de torneira para a lavagem das mãos, que permitem higienizar sem tocar com as mãos. O conjunto inclui ainda máscaras faciais e viseiras.

O director distrital da educação e cultura, Femerepe Jeremias Amone, agradeceu, na ocasião, o apoio que o BCI tem dado aos professores em particular no distrito da Katembe, tendo informado que está actualmente uma brigada do ministério de tutela a efectuar um levantamento sobre a situação actual da escola. Achou, por isso, oportuna a oferta do BCI e frisou: “continuem a dar-nos apoio. Somos todos da mesma equipa, cada um no seu extremo. Todos concorremos para a melhoria das condições da nossa juventude”.

Representado por Tânia Siteo, directora comercial, o BCI destacou as acções desenvolvidas por aquela instituição de ensino secundário “cujo papel é de elevada importância

para as comunidades locais, na formação e socialização”. Salientou que o Banco renova a sua disponibilidade em prosseguir com o seu programa de apoio e encorajou a escola a continuar a ser um vector importante na prevenção contra a pandemia, na sua qualidade de modelo para a sociedade.

Para o director da escola, Fernando Nphantumbo, “o lote de equipamentos de protecção e de higienização oferecido pelo BCI vai conferir maior robustez à escola, na protecção de toda a comunidade escolar contra a COVID-19” – disse, acrescentando que “para que a escola seja um local seguro e de vanguarda na prevenção contra esta pandemia, os destinatários deste equipamento vão usá-lo racionalmente e de forma responsável”. E apelou: “é de louvar que o BCI e parceiros continuem a apoiar o projecto de desenvolvimento da Escola Secundária da Catembe, que muito tem para dar à comunidade”.

Refira-se que a Escola Secundária da Catembe, que existe desde 1998, situa-se no bairro Chali, distrito municipal Katembe e conta com mais de 2900 alunos e cerca de 60 professores que leccionam nos períodos diurno e nocturno.

Projecto #FicaEmCasa Zoco Dimande, figura de cartaz



O músico e guitarrista Zoco Dimande é a figura de cartaz da sexta edição do projecto #FicaEmCasa, a ter lugar na próxima sexta-feira, 24 de Julho, sendo que, para conferir maior brilho ao espectáculo, o jazzista convidou mais duas artistas: Sizaquel e Xembha, que esperam usar a sua voz para embalar os ouvidos dos apreciadores da música moçambicana.

Para entreter os espectadores, ouvintes e internautas, Zoco Dimande promete revisitar os seus dois álbuns, “My Life” e “My Heroes”, lançados em 2010 e 2017, respectivamente, e deles extrair temas que retratam o amor, a prosperidade e o progresso de África.

O concerto servirá para consciencializar as pessoas sobre a necessidade de se prevenirem da Covid-19, que assola o mundo, em geral, e o País, em particular. “Todo o cuidado é pouco. Esta doença mata, por isso temos que ser responsáveis”.

Durante o live show, a ser transmitido nas redes sociais do banco, TVM e na Rádio Universitária

da UEM, o artista far-se-á acompanhar por uma banda composta por nomes sobejamente conhecidos na praça, tais como Stélio Mondlane (bateria), Nelton Miranda (viola baixo), Lívio e Capelo (teclados), Sarmento (saxofone), entre outros.

Importa realçar que o projecto #FicaEmCasa é uma iniciativa promovida pelo Standard Bank, em parceria com a Universidade Eduardo Mondlane (UEM) e a Televisão de Moçambique (TVM).

Pretende-se, através desta iniciativa, recorrer à música para entreter as pessoas durante o período de confinamento, bem como para difundir mensagens sobre a prevenção contra a pandemia do novo Coronavírus.

TOTAL oferece kits de colheita de amostras e reagentes para a testagem da Covid-19



O Projecto Mozambique LNG, liderado pela Total, procedeu, no âmbito do seu apoio à resposta nacional contra a Covid-19, à entrega ao Ministério de Saúde, de doze mil (12.000) kits de colheita de amostras, reagentes e consumíveis para seis mil (6000) testes de PCR e vinte e quatro (24) kits de extracção equivalentes a seis mil (6000) amostras.

A oferta é destinada ao Instituto Nacional de Saúde (INS) que, recentemente, beneficiou ainda de doze mil e quinhentas (12.500) máscaras cirúrgicas, que fazem parte de um lote inicial de cinquenta mil (50.000) máscaras direccionadas às autoridades de saúde no país.

O apoio da Total e dos seus parceiros no projecto Mozambique LNG à resposta nacional contra a COVID-19 já incluiu, entre outros, a entrega às autoridades de Cabo Delgado de doze mil (12.000) máscaras e diverso outro material de protecção individual, quinze (15) termómetros infravermelhos e trinta (30) bombas de pulverização de dez (10) litros cada. Está igualmente em curso a reabilitação de uma (1) enfermaria de cinquenta (50) camas do Hospital Provincial de Pemba destinada ao isolamento de doentes de Covid-19, a instalação, ainda em Pemba, de um (1) novo laboratório de PCR - contendor de 45m2 com cinco divisões - para testagem de Covid-19, apetrechado de equipamentos laboratoriais completos e de escritório, bem como o processo de aquisição de 5 ventiladores

e de uma (1) tenda a ser usada como enfermaria de isolamento para pacientes com Covid-19 no Hospital Distrital de Palma.

O Ministro da Saúde, Armindo Tiago, afirmou “Queremos reconhecer que o apoio ocorre numa altura em que existem dificuldades enormes de disponibilidade de testes a nível do mercado internacional. Achamos, por isso, que a Total é um campeão no processo de contribuir para que nós tenhamos melhor desempenho. Este apoio constitui uma importante contribuição para o fortalecimento da nossa capacidade de diagnóstico e, obviamente, vai contribuir para os esforços de melhor controlo da pandemia”.

Armindo Tiago acrescentou ainda que “a testagem combinada com outras acções é que vai garantir que o controlo da doença em Moçambique tenha sucesso. Foi nesta perspectiva que, com vista a alargar territorialmente a capacidade de diagnóstico da Covid-19 em Moçambique, iniciámos o processo da descentralização da testagem. Começámos por fazê-lo na província de Sofala e depois fomos à província de Nampula. Estamos também em Tete e Zambézia. Para breve, como foi anuncia-

do, vamos fazer a expansão da testagem para a cidade de Pemba com o apoio da Total”.

Por sua vez, o Director Geral da Total em Moçambique e Vice-Presidente do projecto Mozambique LNG no país, Ronan Bescond, afirmou: “A saúde e bem-estar dos nossos colaboradores e das comunidades onde estamos inseridos são um imperativo. Por isso, em todo o mundo, nos países onde operamos, estamos mobilizados para fazer face a esta pandemia global. Moçambique não é uma excepção: estamos mobilizados no seio da nossa empresa para continuar a implementar as medidas que se impõem e para continuar a trabalhar com o Governo de Moçambique e outras partes interessadas para fazer face a esta pandemia”.

Ronan Bescond afirmou ainda que com “o apoio entregue hoje, queremos dar o nosso contributo para reforçar a capacidade de colheita de amostras dos pacientes suspeitos de infecção pelo vírus a nível das unidades sanitárias e dos postos sentinelas, e de processamento laboratorial das amostras para a confirmação do diagnóstico de Covid-19”.

Bescond expressou ainda os agradecimentos da Total e seus parceiros pelo inestimável apoio prestado pelas autoridades de saúde no controlo da Covid-19 no acampamento de Afungi.

PRODIA traz resultado no município de Chimoio



KELLY MWENDA

O Conselho Municipal de Chimoio em Manica procede a inauguração este fim-de-semana de asfaltagem de 550 metros de prolongamento da avenida de liberdade no centro da cidade, obra que custou 1.042.761,26 EUR (um milhão e quarenta mil, setecentos e sessenta um, vinte e seis Euros), financiada pelo governo moçambicano por meio do programa de desenvolvimento integrado das autarquias e zonas rurais circunjacentes (PRODIA), em parceria com o banco Alemão KFW.

A obra teve a duração de um ano, pois a inauguração desta infra-estrutura foi procedida no âmbito das festividades dos 51 anos de elevação de Chimoio a categoria de cidade, ocasião que serviu igualmente para proceder ao lançamento da primeira pedra para a reabilitação e reestruturação do campo municipal, este que doravante poderá albergar mais de 3 mil espectadores para além de uma relva sintética para acolher jogos oficiais.

O prolongamento da avenida da liberdade foi feito numa altura em que a cidade municipal de Chimoio, dada ao crescimento populacional nos últimos tempos, tem registado congestionamento nas vias públicas do centro desta cidade, porém uma vez acrescido o asfalto desta avenida até a Estrada Nacional número 6 (N6), abre-se espaço para maior mobilidade do tráfego

rodoviário no interior da urbe.

Enaltecendo os feitos do PRODIA, João Ferreira, presidente do Concelho Municipal da cidade de Chimoio afirmou que a infra-estrutura construída veio garantir a livre circulação e flexibilidade dos municípios, diminuir o congestionamento e assegurar a resistência das viaturas que por lá passam a circular sem dificuldades.

“É um sonho para todos municípios e de todos nós, antigamente aqui para passar era muito difícil, viaturas era quase impossível, mesmo pessoas a pé depois de uma chuvada portanto era impossível passar daqui, portanto foi uma obra feita com uma alta qualidade o empreiteiro está de parabéns e agradecer a equipa do PRODIA, a KFW e toda comunidade Alemã pelo apoio que deu a nossa cidade de Chimoio”, disse.

João Ferreira acrescenta que doravante a cidade de Chimoio pode esperar mais projectos do género, com vista a

melhorar a urbe em termos de infra-estruturas, “nós estamos a espera de um equipamento novo e quando chegar esse equipamento é para fazermos estradas mesmo destas, nós prometemos que iria resselar todas estradas dentro da cidade de Chimoio e predispusemos em cumprir aquilo que nós prometemos”, acrescentou.

A chefe do conselho executivo provincial de Manica, Francisca Domingos Tomás que procedeu a inauguração desta obra, afirmou em dis-

curso que é visível o crescimento galopante da cidade de Chimoio com o trabalho empreendido pela edilidade sobretudo na promoção de postos de emprego, infra-estruturas e saneamento do meio.

Francisca Tomás disse que o prolongamento da avenida da liberdade em Chimoio, vai catapultar o crescimento socioeconómico da cidade e da província, tendo a dirigente admitido que o conselho municipal de Chimoio tem contribuído significativamente para o desenvolvimento desta urbe, capital de Manica, facto que visa a melhoria das condições de vida dos cidadãos.

“Nós queremos enaltecer as várias obras que o município está a fazer, vimos que estão a construir estradas, estão a lançar pedras para poder fazer monumentos e daqui a nada vamos testemunhar que o nosso campo de município já estará relvado, estamos a ver com muito agrado os feitos do conselho municipal, da sua equipa, do presidente do município a poder desenvolver a nossa cidade, a nossa cidade hoje esta limpa graças ao trabalho que esta sendo realizado pelo município”, realçou.

A ponto focal do programa PRODIA, Juvenália Mendiata destaca que o conselho municipal de Chimoio desempenhou um papel preponderante

na materialização do asfalto, pois o projecto não só beneficiará aos municípios desta cidade, como também reforçara o papel da autarquia como centro de crescimento para as zonas rurais circunjacentes.

“É notável também que este projecto, não só contribuirá para o desenvolvimento do município de Chimoio, mas sim para cada município desta cidade sinta o impacto e o benefício desta infra-estrutura deste modo o ministério de administração estatal e função pública não gostaria que esta infra-estrutura não chegasse ao estado de permanecer mal cuidada por isso lançamos um desafio ao município de Chimoio para pela manutenção periódica e permanente desta infra-estrutura”, disse a ponto focal do PRODIA, Juvenália Mendiata.

O conselho municipal da cidade de Chimoio leva a cabo várias obras de reestruturação da urbe, como é o caso da construção do monumento do lendário guerreiro Ngungunhane, como também a praça do metical que a cidade não tinha, pois o presidente do conselho desta autarquia João Ferreira anseia tornar a urbe em zona económica especial de Moçambique. Chimoio conta actualmente com 33 bairros que albergam pouco mais de 350 mil habitantes.



Organizações humanitárias com necessidades



Manuel Nota abre caminho por uma estrada de areia na zona de Chuiba, na periferia de Pemba, ao encontro de mais uma família de deslocados da violência armada em Cabo Delgado.

Ao longe, ao lado de um frondoso cajueiro, avista-se uma habitação precária, mistura de barro, madeira, capim, plásticos e chapas, que começou por ser refúgio de 14 pessoas em dezembro de 2019.

Mas o intensificar das incursões de rebeldes armados - a cujo terror o grupo 'jihdiasta' Estado Islâmico se associou - e dos confrontos com militares moçambicanos pôs mais gente em fuga e hoje abrigam-se ali 30 pessoas num espaço mínimo e sem condições.

"Claro que estamos a ter muito trabalho por causa dos deslocados que não param de entrar na cidade de Pemba. Como em qualquer outro distrito. Cabo Delgado acabou virando casa de acolhimento de deslocados", descreve Manuel Nota, diretor em Pemba da organização humanitária católica Cáritas.

Os apelos obrigam a um desdobramento permanente: "Temos deslocados em tudo o que é lado e temos um grande desafio para tentar responder às necessidades que são infinitas", alerta.

"As poucas organizações humanitárias que estão a operar nesta província não estão a conseguir dar conta do recado" e as

razões estão à vista: as mesmas armas que puseram 250.000 pessoas em fuga obrigaram missões de apoio a recuar, cenário entretanto agravado pelas restrições associadas à covid-19.

À sombra da mangueira está a família de Vicente Tiago, 61 anos, a maioria jovens e crianças, algumas a balbuciar as primeiras palavras ao cingir no meio da terra, entre um fogareiro, tachos e panelas.

"Sofreram muito essas minhas filhas", diz, recordando que uma tinha oito meses em Dezembro, quando fugiu ao colo de Vicente e da mulher com outros quatro filhos após os ataques a Muidumbe, aldeia 200 quilómetros a norte de Pemba.

"Era magra demais quando chegámos", descreve, sendo que, apesar de recuperar peso, não está livre de riscos.

"Existe uma subnutrição elevada" entre os deslocados, diz Manuel Nota.

"O aspeto físico mostra que estão a passar por dificuldades sérias de alimentação", referendo o uso da palavra fome, preferindo dizer que "o que tem sido dado não é suficiente".

"Nós damos um 'kit' de ração para 30 dias, mas acaba por não cobrir o mês inteiro, porque as pessoas fazem uso daquela comida para pequeno-almoço, almo-

ço, lanche e jantar", explica.

Para cada grupo de cinco pessoas, o 'kit' contém 25 quilos de arroz, 25 quilos de farinha, cinco litros de óleo, 10 quilos de feijão, dois quilos de sal e quatro quilos de açúcar.

Vicente Tiago olha para os sacos que recebeu há pouco dias e deixa claro que, tal como nos meses anteriores, não vão chegar para 30 dias.

"Não dá. E quando acaba só temos o dinheiro daquela venda", diz, ao apontar para uma banca à beira da estrada onde Bertina Marcelina, 19 anos, criou um negócio de produção e venda de bebidas caseiras.

Vender uma garrafinha significa aces-

so a um pedaço de arroz.

"Quando ela recebe 50 ou 100 meticais corremos para a loja", descreve, pois pode ser a porção que salva o dia - e "quem come primeiro são as crianças, Elas choram. Um adulto não chora", ou pelo menos não o mostra.

A fuga pela sobrevivência é um encontro marcado com a insegurança alimentar, porque "as pessoas saem dos seus locais, deixam os seus celeiros lá e deslocam-se para outros distritos onde não há alimentação" para todos, explica Manuel Nota.

Vicente Tiago sabe do que se fala: ele vivia como camponês em Muidumbe e quando teve de fugir dos insurgentes que lhe destruíram a aldeia deixou para trás dois hectares de machambas (hortas).

Nas terras que agora ocupa em Chuiba, ao lado da habitação, plantou mandioqueiras e feijoeiros que já crescem, mas nada que se compare ao que tinha.

Em Muidumbe, até o milho ficou por apanhar, mas na altura só se pensava em fugir dos tiros.

"Corremos para o mato e ao amanhecer para outra aldeia", com a roupa do corpo e o desejo de dormir sem sobressaltos, o que só encontraram em Pemba.

Não tardou até quase toda a restante família se juntar.

Além da comida, outra necessidade são cobertores, diz Manuel Nota, pois "há muita gente a dormir ao relento por não haver espaço, nem tendas", para todos, tal como aconte-

ce na casa de Vicente Tiago.

Parte dos 30 dorme no exterior, no chão coberto por esteiras ou tecidos, com plásticos esticados em estacas como única proteção, enquanto no interior cada centímetro está ocupado.

"Ontem tirámos uma cobra cá de dentro", diz Vicente.

O sol já vai alto e hoje há uma panela de arroz ao lume que há de servir para matar a fome a todos, mas os sacos do 'kit' alimentar esvaziam-se depressa e Bertina Marcelina volta para a banca à beira da estrada de areia.

Com duas filhas ao colo fica à espera de clientes da bebida "feita de açúcar e folhas de chá", enquanto desabafa sobre a sua vida, forçada a mudar-se para uma terra estranha.

"Lá tinha amigos, ia à escola e as crianças tinham o que comer. Mas hoje está difícil", descreve, sem encontrar alternativa, porque regressar a Muidumbe está fora de questão.

Pelo menos por enquanto, porque "teria de continuar a fugir, com as crianças".

"Precisamos unir forças para responder a esta problemática", diz o diretor da Cáritas que intensificou o trabalho de construir projetos para submeter a financiadores.

Desde fevereiro já deram ajuda a mais de 5.000 famílias em diferentes pontos de Cabo Delgado, mas a maré de deslocados persiste, porque o conflito continua (**Sapo Notícias**).

Persiste a incerteza em relação ao pagamento da dívida de Moçambique

Persiste a incerteza sobre o pagamento da dívida de Moçambique aos credores, concretamente o eurobond soberano de 900 milhões de dólares emitido em 2019.

A revista Africa Intelligence informou que o ministro das Finanças, Adriano Maleiane; e o governador do banco central, Rogério Zandamela, decidiram suspender os pagamentos do eurobond soberano, enquanto a ZITAMAR dá conta que uma fonte do Ministério da Economia e Finanças assegu-

ra que Moçambique vai respeitar os seus compromissos internacionais nesta matéria.

O economista Egas Daniel diz que se se confirmar o não pagamento deste eurobond poderá obrigar a nova reestruturação desta dívida.

"Isso poderá acarretar maiores custos em termos de uma nova reestruturação e implica maiores custos de juros associados, maiores recursos financeiros futuros que serão desviados das prioridades de desenvolvimento para poder face

a este pagamento", diz Daniel.

Por seu turno, o diretor do Centro de Integridade Pública (CIP), Edson Cortês, diz que a incerteza pode agravar a credibilidade do país.

"Nos mercados internacionais, a situação de Moçambique fica mais complicada para conseguir financiamento", comenta Cortês para depois afirmar que "o governo moçambicano tenta fazer a todo custo que a ENH participe nos projetos de gás e para tal precisa que o país seja credível nos mercados" (Lusa).

Nova lei de recuperação de activos **pode favorecer corrupção em Moçambique**

Em Moçambique, o Fórum de Monitoria do Orçamento critica a proposta de lei do Governo sobre recuperação de activos que será enviada ao Parlamento: “Peca por tratar a corrupção e crimes conexos como ilícitos comuns”.

O Fórum de Monitoria do Orçamento (FMO) está a sugerir alterações na proposta de lei do Governo moçambicano sobre recuperação de activos antes que seja submetida à aprovação na Assembleia da República de Moçambique.

A proposta estabelece o regime especial de perda alargada de bens e recuperação de activos. Para o FMO, o Governo “peca por tratar a corrupção e crimes conexos como mais uma actividade ilícita”.

Segundo a organização, a corrupção devia merecer destaque por vários motivos, entre eles o facto de ser um fenómeno enraizado na administração pública, que compromete a realização das funções básicas do Estado: oferecer segurança, justiça e bem-estar aos cidadãos.

O FMO reconhece, no entanto, que, quando aprovada e devidamente aplicada, a nova lei vai permitir rapidez na apreensão e administração de património constituído por vias ilícitas e, desta forma, desencorajar o enriquecimento ilícito.



“O que está em mãos alheias hoje, parte disso está nas mãos de dirigentes deste país, pessoas que dirigiram o país. E tem de se ir buscar. Não deve ser menos de 5 mil milhões de dólares”, sugere o coordenador do Fórum, Adriano Nuvunga.

A lei que dilui o crime

As instituições da justiça têm alegado que a recuperação de bens adquiridos de forma ilícita é dificultada pela falta de um instrumento legal sobre a matéria. Para Nuvunga, no entanto, uma lei específica é

importantes, mas “não parecia que não se agia por falta dela”.

O FMO propôs um conjunto de alterações a proposta de lei. Nuvunga destacou, a propósito, que o crime de corrupção tem que ter um tratamento específico, porque deriva do abuso do poder público e é diferente dos demais ilícitos.

“A forma como aparece nesta proposta de lei é para o diluir. É para fazer ele perder a importância devida. Ele [o crime de corrupção] tem que estar tratado de forma distinta, bastante visível, e [deve ser] dada a importân-

cia e os contornos que merece.”

Regra pode favorecer corruptos

Outro ponto controverso na proposta de lei tem a ver com os prazos estabelecidos no capítulo relativo à perda de bens adquiridos ilicitamente. Para Nuvunga, o prazo de cinco anos é “ínfimo”. Segundo o dirigente, não raro a transferência do património é realizada antes de a pessoa ser constituída arguida.

“Nós entendemos que esse período é estabelecido desta maneira para favorecer os corruptos deste país. O período tem que ser alargado para 15 anos.”

O FMO também não quer que a responsabilidade da criação do Gabinete de Recuperação de Activos seja atribuída ao Governo. “Quando se fica a cargo do governo, é justamente para não ter a importância devida, é para permitir que o Governo possa manipular este gabinete. Tem que ser [criado] em sede da própria lei, aprovado pela Assembleia da República. O funcionamento e orçamento têm que decorrer diretamente do Orçamento Geral do Estado.”

Empresa Dick Advisory renova contrato de assistência técnica ao exército moçambicano



A companhia privada do coronel zimbabueiano na reforma Lionel Dick, a Dick Advisory, que fornece assistência aérea às Forças de Defesa e Segurança (FDS) de Moçambique nas suas operações em Cabo Delgado, viu o seu contrato renovado até pelo menos ao final do ano.

O grupo deverá treinar também as forças terrestres moçambicanas, segundo a publicação online Zitamar.

A companhia começou a operar em Moçambique no princípio de Abril e após alguns percalços com os seus helicópteros, afirma-se, tem evitado o avanço dos insurgentes islâmicos sobre Pemba e ajudou nos esforços governamentais para retomar Mocimboa da Praia.

A mesma fonte acrescenta

que o grupo tem sido acusado de infligir baixas entre os civis quando os seus helicópteros disparam indiscriminadamente.

A publicação acrescenta que os trabalhos no entanto têm sido dificultado pelo facto de os insurgentes vestirem muitas vezes o uniforme dos militares moçambicanos.

Por outro lado, o portal Carta de Moçambique, que cita fontes militares, escreve que o Governo está a desenhar estratégias militares juntamente com outros países da região, do Norte de África e da Ásia para enfrentar grupos terroristas.

As FDS, acrescenta a mesma fonte, já receberam material de guerra e helicópteros e aguardam apenas de autorização do Presidente Felipe Nyusi (VOA).

Comercial

DOUTOR MWANACHIPETA

AGORA JÁ SE ENCONTRA EM MAPUTO
CURA E RESOLVE VARIOS PROBLEMAS TAIS COMO:

Zing-poda – Faz crescer o pénis do homem para qualquer (tamanho, largura e cumprimento)

- Tembo – Dá força ao Homem
- Diabetes
- Hemorróides
- Sorte no Trabalho
- Tensão Alta
- Sucessos nos negócios
- Impotência sexual
- Ejaculação precoce
- Recuperar amor perdido
- Mulher ter sorte com homem
- Pessoa que faz xixi na cama
- Dá sorte a pessoas que não tem
- Resolve conflitos conjugais
- Asma
- Paralisia
- Menstruação prolongada
- Dores das pernas
- Protege o corpo e empresas
- Faz subir de cargo
- Faz acabar problemas do tribunal
- Resolve problemas de gravidez
- Resolve problemas de amor
- Tira maus espíritos
- Devolução de bens roubados
- Sucessos nos exames
- Diminuir barriga (estética)
- Borbulhas no pénis
- Comichão
- Dores das ancas e dores de cabeça
- Ser apertado com espíritos anoite
- Sonhar a fazer sexo
- Deixar de fumar

Visite: Alto Mae, Paragem Av. De Angola, Perto da Nossa Farmácia
Contactos: 84 – 2236478, 870634739, 822226623

Modelos propostos pela FMF poderão salvar Maxaquene, Chibuto e Baia de Pemba

A Federação Moçambicana de Futebol (FMF) propõe três modelos para disputa do “Moçambola” versão 2020/2021 sendo um deles disputados por trinta equipas, onde clubes rebaixados na última edição do Campeonato Nacional teriam uma nova chance entre os grandes do futebol moçambicano.

No modelo de trinta clubes, segundo escreve o jornal “Notícias”, na sua edição desta quarta-feira, 22 de Julho, o campeonato seria disputada em três séries: A, B e C.

Na Série A estariam os clubes da zona Norte: Ferroviário de Nampula, Ferroviário de Nacala, Desportivo de Nacala, Baia de Pemba, Sporting de Monapo, Sporting de Nampula, Ferroviário de Pemba, Talentos de Sanga e Atlético de Sanjala.

Na Série B estariam as equipas da zona Centro: Ferroviário da Beira, UD Son-

go, Textáfrica, Matchedje de Mocuba, Têxtil de Púngué, Ferroviário de Quelimane, Liga Desportiva de Sofala, Pipeline da Maforga, Chingalee 1o de Maio de Quelimane.

Na Série C estariam as formações da zona Sul do país: Costa do Sol, Ferroviário de Maputo, Desportivo, Liga Desportiva, Incomati, ENH, Black Bulls, Maxaquene, Chibuto e Associação Desportiva de Macuácuca.

O outro modelo proposto pela FMF seria de catorze clubes, divididos em sete equipas por cada série, que competiriam num sistema de todos contra todos em duas voltas. Neste figurino, a Série A seria dividida por equipas da zona Norte e Centro enquanto que a Série B teria clubes da zona Sul.

A Série A teria: Ferroviário de Nampula, Ferroviário de Nacla, Matchedje de Mocuba, Ferroviário da Beira, Textáfrica e UD Songo.

(LANCEMZ)



Pavilhão do Textáfrica será reabilitado com vista a prática do futsal



O pavilhão Multiuso Tourada localizado em Chimoio e pertença do clube Textáfrica será sujeito a reabilitação com apoio da Federação Moçambicana de Futebol (FMF).

A intenção da FMF em disponibilizar meios para o melhoramento da infra-estrutura tem que ver com o objectivo de futuramente o pavilhão receber jogos de futsal.

O Presidente da FMF, Feizal Sidat, citado num comunicado de imprensa disponibilizado pelo órgão, considera que “a modalidade de

futsal deve ser uma prioridade no país, e que Moçambique deve apostar seriamente”.

O melhoramento do piso, a vedação, as balizas, a pintura, redes e construção de uma parede degradada são as áreas que a FMF diz poder intervir.

A garantia da FMF de estar disponível para apoiar na reabilitação do Pavilhão Multiuso Tourada do clube Textáfrica de Chimoio foi dada durante a visita do elenco da federação que tutela o futebol moçambicano à província de Manica (LANCEMZ).

Comercial

LANCE
DESPORTO MOÇAMBICANO.

CONT: 873342771

LANCE.CO.MZ

LANCE.CO.MZ

LANCE.CO.MZ

LANCE.CO.MZ

LANCE.CO.MZ

Clésio diz que estabilidade familiar e Covid-19 pesaram na decisão de continuar no Azerbaijão



Cerca de 24 horas depois de ter rubricado contrato com o Zira FK, da primeira divisão do Azerbaijão, o internacional pelos Mambas Clésio Baúque, falou em exclusivo ao LANCE. MZ e explicou os contornos da mudança de clube, num campeonato ainda pouco conhecido pelos moçambicanos.

Baúque revelou que pesou para esta decisão a necessidade de manter a es-

tabilidade familiar e evitar males maiores neste período em que o mundo é assolado pela pandemia da Covid-19. “Este passo é muito impor-

tante para a minha carreira”, começou por dizer Clésio para depois acrescentar que “não terei que mudar de país o que é importante para mim e para a minha família, por causa da situação do coronavírus não adianta andar em viagens, tenho uma filha muito nova e tenho que protegê-la para não se infectar”.

O Azerbaijão conta até aqui com 27133 casos da Covid-19, dos quais 471 registados nas últimas 24 horas, situação que levou a que o Campeonato local não retomasse depois de ter sido interrompido em Março último. O anterior clube de Clésio, Gabala FK terminou o campeonato na oitava posição, o equiva-

leria a uma descida de divisão.

Sobre o desfecho do campeonato, Clésio lamentou por a prova não ter terminado, porém aplaude as medidas tomadas pelo governo, afirmando que “foi uma situação difícil provocada pela Covid-19, não havia condições para continuar o campeonato e o governo achou mais conveniente terminar a prova, pois muitos jogadores corriam o risco de ficar infectados”.

No entanto, os treinos no Azerbaijão retomaram e este domingo será o primeiro de Clésio Baúque ao serviço do Zira FK, com o moçambicano a juntar-se ao estágio que

a equipa faz em Baku. Trabalhar para ganhar a titularidade é a aposta de Clésio.

“Este é para mim é um novo desafio, que felizmente começa hoje [domingo, 19 de Julho] e vai ser muito difícil, tenho que trabalhar para conseguir conquistar o meu lugar no 11 inicial e prometo que vou trabalhar duro e espero que consiga alcançar os meus objectivos aqui no novo clube”, disse Clésio.

O Zira FK foi fundado em 28 de Julho de 2014 e seus jogos são realizados no Zira Olympic Sport Complex Stadium, que possui capacidade para 1.300 espectadores. (LANCEMZ)

Clubes de Cabo Delgado desafiados a qualificarem-se para Moçambola

A província de Cabo Delgado não possui clubes no principal campeonato do futebol nacional o que levou o Governador daquela parcela do país, Valige Tuabo, a desafiar os clubes da região a participarem do Moçambola.

As declarações de Tuabo foram feitas durante uma visita de trabalho por si realizada aos clubes Baía Futebol Clube e ao Ferroviário de Pemba. O dirigente disse na ocasião que “queremos o nosso desporto em cima, com jovens de Cabo Delgado bem referenciados”.

A Direcção do Baía FC pretende transformar o clube numa Sociedade Anónima com vista a atracção de mais apoios. A informação foi avançada durante a apresentação do informe do clube em que se ficou a saber que a colectividade tem o regresso ao Moçambola como principal objectivo.

Já no Ferroviário de Pemba há falta de campos e de transporte para os atletas e demais



staff. O clube usa actualmente o campo 25 de Setembro de forma a realizar os seus jogos.

Valige Tuabo desafiou o clube a ter um campo próprio e a adquirir um autocarro pois “o Ferroviário é um clube muito antigo e não se justifica que até hoje não possui um campo próprio para a prática do futebol”.

Nos próximos dias, o Governador da província de Cabo Delgado irá visitar a Associação Desportiva de Pemba e o Clube Desportivo de Pemba (LANCEMZ).

Comercial

Encontro com Doutor Moto

Especialista em Medicina Tradicional





Foi abandonada com esposo/ esposa ou namorado/ o e não sabes como recuperar





Ele tem vários Remédios como:

MWERA MIX - fortifica veias do sexo masculino e aumenta vontade e impotencial sexual de (15-90) anos, podes durar (18-20) minutos no acto sexual.

MSHISHI MIX - recupera comprimento e largura do sexo masculino para quem sofreu ou esta sofrer com diabetes, hénria, sífilis, tensão alta, gonorreia, gás no estomago.

FLASH RÁPIDO - desbloquear e limpar toda sujidade, gordura, veneno de Bebidas alcoólicas, comprimidos usados por muito tempo estomago (reage em 30 minutos)

MUNCAKA - Tem alta capacidade de ajudar conceber, dores de estomago prolongada, malaria resulta em pouco tempo.

SUPER HWATA ÓLEO - tem grande resultados por chamar amor que esta longe, tirar maus espirito para que possa subir cargo, atrair emprego e clientes no seu negocio.

MOISÉS STICK - grande capacidade de acabamentos dos trabalhos que não foi acabado com outros doutores; e capacitar teu anel da sorte

Ganhas dinheiro e não fica / faz nada importante?

Endereço: Maputo, paragem Alto mae Av. Angola.

CONTACTO: 852821241

Morreu compositor de músicas para filmes

Ennio Morricone, aquela saudade!



Autor de trilhas sonoras que marcaram a história do cinema, Ennio Morricone morreu, segunda-feira, em Roma, aos 91 anos. Ele foi responsável pela composição e arranjo de mais de 500 músicas para filmes e séries de televisão. Morricone estava internado em uma clínica da capital italiana, onde foi hospitalizado após uma queda que levou à fractura de um fêmur. Ele “morreu na madrugada do dia 6 de Julho, no conforto da fé”, segundo um comunicado do advogado e amigo da família Giorgio Assuma, citado pela imprensa italiana.

Ele estava “lúcido e mostrou grande dignidade até o momento final”, diz o anúncio. Morricone ganhou notoriedade internacional com trilhas dos chamados “faroestes italianos”, principalmente dirigidos por Sérgio Leone, como “Por um Punhado de Dólares” (1964), “Por uns Dólares a Mais” (1965), “Era uma Vez no Oeste” (1968) e “Uma Vez na América” (1984), entre outros. Em 2016 venceu o Óscar, pela trilha sonora do filme “Os Oito Odiados” de Quentin Tarantino. Em 2007 já havia recebido um Óscar honorário por sua abundante e elogiada carreira na música. Morricone também compôs a trilha de “Bastardos Inglórios”, de 2009, de Tarantino.

Há apenas alguns dias Morricone foi premiado, ao lado do também compositor John Williams, com o prémio

Princesa das Astúrias das Artes na Espanha. “Adeus maestro e obrigado pelas emoções que você nos proporcionou”, declarou pelo Twitter o ministro italiano da Saúde, Roberto Speranza. Morricone era casado com Maria Travia desde 1956. Ele deixa três filhos e uma filha. O reconhecimento do Óscar por ironia, o prémio mais famoso da indústria cinematográfica, o Óscar, foi o último a reconhecer com uma estatueta toda a sua contribuição. Em 2016, ele conquistou o prémio que faltava pela trilha sonora do filme “Os Oito Odiados”, mais uma de suas parcerias com o director norte-americano Tarantini.

Ao receber a estatueta, o italiano não teve dúvidas a quem agradecer: sua esposa, Maria Travia. “Dediquei o Óscar a minha mulher Maria porque ela teve muita paciência para suportar a minha ausência. Fui muito absorvido

pela profissão e a distância da família ocorreu nos anos mais intensos da minha carreira.

O Óscar pela trilha sonora finalmente chegou na sexta indicação. Ele também ganhou uma estrela na Calçada da Fama. A primeira vez que concorreu ao prémio foi em 1979, com “Cinzas no Paraíso”. Já em 1986, ele concorreu como favorito pelo filme “A Missão”, mas perdeu a disputa. Um ano depois, também não levou a estatueta pelo trabalho em “Os Intocáveis”. Em 1992, concorreu por “Bugsy” e nove anos depois disputou com o filme “Malenà”, do director italiano Giuseppe Tornatore. Mesmo sem ter conquistado a estatueta, Morricone foi homenageado pelo “conjunto da obra” em 2007 e recebeu um pré-

mio honorário da Academia

Nascido em Roma no dia 10 de Novembro de 1928, o maestro criou composições para filmes, peças de teatro, televisão e rádio, além de fazer concertos com orquestras ao redor do mundo. Morricone estudou no Conservatório Santa Cecília, de Roma, onde se formou no trompete. Apesar de começar a compor trilhas sonoras ainda em 1946, foi na década de 1950 que sua carreira começou a decolar, levando para o mundo da sétima arte em 1961, no filme “Il Federale”, de Luciano Salce. A partir de então, centenas de grandes películas contaram com a destreza e as músicas do compositor. Morricone também já fez apresentações para o papa Francisco.

Ministério da Cultura e Turismo aplaude emissão de vistos electrónicos

A ministra da Cultura e Turismo, Eldevina Materula, defende que a introdução de vistos electrónicos no país vai trazer um ganho incalculável para o sector de Cultura e Turismo nacional. Segundo ela, é uma janela fundamental na promoção de Moçambique como destino turístico.

De acordo com a governante que falava nesta segunda-feira, na capital, a introdução do Visto Electrónico será uma medida de grande impacto também para a economia moçambicana, pois “o turismo possui alta capacidade de geração de divisas, gerando assim renda para uma população cada vez mais activa”.

É que os Ministros da Cultura e Turismo, do Interior e da Terra e Ambiente, Eldevina Materula, Amade Miquidade e Ivete Maibase, respectivamente, assinaram, na Sede do Serviço Nacional de Migração (SENAMI), em Maputo, nesta segunda-feira, um memorando de entendimento que visa cooperação entre os três ministérios no desenvolvimento e testagem de um sistema piloto de vistos electrónicos (e-Visa) no



país, no âmbito da implementação do projecto MOZBIO 2.

A introdução do visto Electrónico (e-Visa) vai, dentre vários ganhos, permitir, a nível nacional, conhecer o potencial turista que visita Moçambique, acelerar a flexibilidade na emissão de visto, impedir a retenção de passaportes nas embaixadas, incrementar o fluxo turístico e atrair investidores, melhorar a segurança na tramitação dos pro-

cessos de autorização do Visto.

Refira-se ainda que, nesta quarta-feira, o Ministério da Cultura e Turismo (MICULTUR) e a empresa Criativo EI (Mapa das Artes) assinaram, nesta quarta-feira (22 de Julho), um Memorando de Entendimento que visa estabelecer mecanismos de promoção de Moçambique como destino turístico, através de actividades conjuntas. **Dávio David.**

Defende Eldorado Dabula

Novos formatos de espectáculos alargam número de espectadores

A pandemia da covid-19, muito embora tenha afectado directamente as economias, criou uma certa oportunidade para a área dos espectáculos. Segundo o director do centro cultural Tsindza, Eldorado Dabula, os lives, ainda que não tenham rendimentos satisfatórios em termos monetários, levam os artistas a aceder a uma audiência muito enorme em relação a actuação directa nos palcos.

Ao nível dos artistas, a covid-19 pode ser um revés para o mundo musical conforme defende algumas vozes. Porém, foi na base dela que se descobriu um outro formato de realização dos espectáculos através das plataformas digitais, o que de certa forma contribuiu para o aumento do número de espectadores que ultrapassam os 15000. Eldorado Dabula en-

tende que nos espectáculos em casas de show não era possível atingir um número como este.

“Os lives, de certa forma, permitem aos artistas descobrirem uma audiência mais larga e como consequência ser conhecido pelos seus potenciais fãs quer ao nível nacional e estrangeiro”, disse Dabula, referindo que, nestes novos formatos, os mecanismos de compensação ainda constituem um desafio para os promotores e os ar-



tistas. “Os que conseguem reinventar projectam o seu nome, fazem seus shows e dão o ar de sua graça a uma

variável de espectadores”.

O Tsindza também como uma casa de promoção de eventos culturais não ficou por cima do muro, sublinhou Dabula acrescentando que houve reinvenção e a aposta tem sido na realização de lives através de plataformas digitais.

Recentemente, foi produzido um debate nas redes sociais alusivo ao ano Eduardo Mondlane e tivemos um número de espectadores que transcendem as 30.000 visualizações. Foi uma oportunidade para escarpelizar o percurso de Eduardo Mondlane desde a unificação dos três movimentos até a criação do partido nacionalista Frelimo. **E. Graça**

Isabel Novela convida fans para “Ahidumbeni”



O Centro Cultural Franco-Moçambique apresenta, nesta sexta-feira, pelas 18h:30, um espectáculo musical online da cantora moçambicana Isabel Novela, intitulado Ahidumbeni.

De acordo com o cartaz do evento, Isabel Novela é uma cantora e compositora moçambicana com um repertório onde predomina a fusão de ritmos provenientes da música popular tradicional moçambicana, com géneros como jazz, world music e pop.

Novela tem dois discos gravados, com os quais já se apresentou em festivais de música em vários países de África, Europa e América.

Nesta sexta-feira, Isabel Novela apresenta-se em “Ahidumbeni...” num concerto em formato acústico e intimista, e com algumas surpresas, onde a mensagem principal é “Acreditar”, e à qual se juntam conteúdos poéticos, harmónicos, e melódicos.

Segundo apuramos, teremos Isabel Novela (voz), Jaime Teixeira na guitarra e Samito Tembe na percussão. Dávio David.

Netflix cancela rodagem de uma série na Turquia por discriminação sexual

A plataforma Netflix cancelou as filmagens de uma série na Turquia depois de as autoridades terem impedido a autorização de rodagem devido à presença de um personagem gay, denunciou hoje a principal guionista do projecto.

“Por causa de um personagem gay não foi concedida a permissão de filmagem da série de televisão. Isto é muito aterrador para o futuro”, disse a guionista Ece Yorenc ao portal sobre cinema turco AltyaziFasikul.

O cancelamento ocorre numa altura em que se verifica uma crescente preocupação das organizações não-governamentais e activistas pelo incremento da retórica contra a comunidade LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgénero) por parte das autoridades islamistas no poder na Turquia, e pelos líderes religiosos.

À medida que o número de subscritores da Netflix cresce na Turquia também a quantidade de programas de televisão produzidos no país para a plataforma de televisão.

A série cancelada chama-

-se “In Only” e conta a história de uma mulher casada que viaja constantemente.

As filmagens deviam começar este mês mas a Netflix decidiu suspender as gravações na semana passada.

O gigante da produção audiovisual decidiu cancelar a rodagem depois de reuniões com a autoridade audiovisual turca RTUK, não tendo aceiteado as exigências do organismo.

A guionista explicou que não havia cenas de sexo ou contacto físico entre pessoas do mesmo sexo.

Mahir Unal, vice-presidente do Partido da Justiça e Desenvolvimento (AKP), no poder, negou esta semana que a plataforma Netflix se vai retirar da Turquia e disse, através das redes sociais, que a empresa vai mostrar no futuro

“uma maior sensibilidade pela cultura e pela arte turcas e com um espírito de cooperação”.

A Netflix também negou os rumores com a declaração: “Actualmente temos vários originais turcos em produção, e outros previstos, e esperamos compartilhar estas histórias com os subscritores em todo o mundo”.

Apesar do cancelamento da produção, a guionista disse que a Netflix lhe pagou assim como vai pagar os vencimentos dos trabalhadores da série de oito episódios e que não foi filmada.

A homossexualidade não é crime na Turquia mas a posição oficial e social contra a comunidade LGBT tem vindo a aumentar.

A marcha do orgulho gay de Istambul tem sido proibida nos últimos cinco anos. **Visão PT**



**Renovação de
assinaturas
para 2020**

ZAMBEZE

ONDE A NAÇÃO SE REENCONTRA

Av. 25 de Setembro, Nr. 1676 • Cell: 82 30 73 450 • esmelifania2002@gmail.com • Maputo

**Renovação de
assinaturas
para 2020**

Subversão, instabilização, insurgência ou terrorismo jihadista?

Maltrapilhismo, malfeitorialismo ao terrorismo...

“O país está a enfrentar neste momento (...) desafios. (...) O primeiro iniciou em Outubro de 2017 (...) referente aos ataques terroristas que (...) começaram a emergir em alguns distritos de Cabo Delgado, onde indivíduos, na altura, usando armas brancas e outras vezes de fogo (...) perpetuaram acções de violência, caracterizadas por assassinatos (...) destruição de bens privados e públicos, situação (...) que foi evoluindo a ponto de se perpetrar acções de forma abertamente armada.” – Roque Silva, in Domingo, 19 – 07 – 2010.

MATSAMBANE KUPHANE

Prévio

Com as acções dos titulados malfeitores, de insurgentes e hoje terroristas, em Cabo Delgado, se foi registando uma continuidade progressiva e ofensiva de ataques, emboscadas, flagelamentos, golpes de mão, assaltos, ocupações e em vários distritos na província. O factor surpresa nessas operações de ataque é o móbil operacional, estratégico e tático destes grupos. Nas suas investidas, o resultado imediato são mortes, mutilações, decapitações, destruições e graves prejuízos com implicações sócio – económicas e demográficas.

Com o evento destas acções violentas, desestabilizantes e perturbantes, as autoridades do país procuraram entender o que estava a ocorrer, procurando compreender e tipificar todas as ocorrências. Houve variadas interpretações dos factos, todas no sentido do enquadramento conceptual dos acontecimentos. Dessas, algumas aparentaram clara falta de informação factual, situacional e conjuntural destes eventos belicistas, daí a variabilidade nominativo – qualificativa dos acontecimentos por parte de vários comentadores e analistas da situação.

Malfeitores, bandoleiros, malfeitores, insurgentes, terroristas?

O Comandante – Geral da Polícia da República de Moçambique, Bernardino Rafael, ao jornal “Notícias”, 22 – 01 – 2019 afirmou: “O que está a acontecer são ocorrências criminais, onde grupos de malfeitores estão a atacar e a saquear os bens da população. Quando é assim, trata-se de um crime. (...) Alguns (dos capturados) foram entregues à Justiça, sob acusações de

homicídios; fogo-posto (...). Na verdade, o que está a acontecer são crimes em que os seus autores actuam em grupo e (...) estão a alterar a ordem e a segurança públicas em Cabo Delgado.”

Ao questionamento sobre se se estava perante um cenário de ataques terroristas, Rafael respondeu: “Não chega a esse extremo. Precisamos de definir os conceitos gerais de terrorismo e o crime de natureza comum. Os terroristas têm a sua forma de agir. Atacam a população, mas os seus alvos têm sido as instituições do Estado. (...) Da forma como estes malfeitores agem, não atingem as dimensões que possam ser circunscritas ao terrorismo. Não estamos nesse nível, mas sim, de grupos de criminosos que agem contra a população e com o objectivo único de desestabilizar. Não temos do lado dos criminosos, objectivos concretos que nos possam conduzir à conclusão de se tratar e classificar estas acções, como terroristas. (...) Outrossim, não identificámos (...) motivação que nos possa conduzir à conclusão de se tratar de terrorismo. (...) O nosso país está sendo vítima da acção de criminosos, que os chama malfeitores, porque a

acção é maléfica para o Estado. (...) As FDS sempre travaram qualquer tipo de acção malfeitora vinda, tanto do exterior, como a protagonizada a nível do território nacional. (...) Temos que ter a fé de que é possível resolvermos o problema. (...) Os que estão a ser ouvidos em tribunal, não estão a prestar informações que nos ajudam a esclarecer o caso. Não estão a colaborar. Não dizem quem são os mandantes.” Questionado Bernardino Rafael sobre a possibilidade destes serem dos que não querem a exploração do gás liquefeito em Cabo Delgado, respondeu: “Não confirmámos esta forma de pensar ou de apontar as motivações para estes ataques. A verdade é que há grupos de pessoas que financiam estas acções.”

Terrorismo sagrado?

Sobre as indicações alegatórias de estes grupos serem de inspiração islâmica extremista, vamos nos ater à obra de Daniel Benjamim e Steven Simon, “*The age of sacred terror*” (A era do terror sagrado), onde se lê: “(...) Num mundo (...) cada vez mais religioso, mais adeptos das grandes religiões e das novas e ainda dos crescentes cultos estão colocando a violência no centro de suas crenças. (...) Algo comum em todos estes actos é que os seus actores acreditam ter recebido autorização e até mesmo ordem de Deus. (...) Estes militantes religiosos têm opiniões radicais, que não reflectem os valores e os ensinamentos doutrinários das religiões.” Há e impõem-se saber discernir, “(...) as intenções do coração” (Hebreus 4: 12) que sejam malditas, do que é correcto, doutrinal e humano.

Das palavras do Comandante Bernardino Rafael, de Janeiro de 2019 a esta parte, houve uma grande mutação situacional, conjuntural, operacional e operativa em Cabo Delgado. O atencionalismo hoje do cenário está a levar ao direccionamento analítico, conjuntural e tipificador dos factos episódicos que concorrem para a tipificação classificacional da situação como a de uma guerra agressora de características e manifestações de puro terrorismo. A focalização dirigida a estes episódios de conflito estabelece uma relação directa entre o domínio factual e de ocorrência de evidências táctica-operacionais terroristas. Cognitismo factual, a comprovação, a verificação dos factos e da operacionalidade e características ofensivas, levam à solidificação efectiva e conclusiva de estar o país a sofrer uma agressão externa com o envolvimento de nacionais, com o fim de “nacionalizar” esta acção, já de guerra terrorista.

Que fazer? Inteligência e força armada?

O desafio que se coloca às autoridades de Estado e das instituições de Inteligência e de defesa e de segurança é o de descobrir (descobrir este mistério) e esclarecer que são de onde, com que motivações e quais os objectivos finais. Revelar as fontes de financiamento, de logística bélica, a cobertura externa (de algum país, de organização extremista islâmica ou de outro tipo)? O “assunto” gás não pode de forma alguma ser colocado de lado. Quem está por detrás desta operação de agressão e de desestabilização desestabilizante toda?

Moçambique, poço de gás?

Se deve evitar cair no erro estratégico de considerar esta guerrilha terrorista como levada a cabo por adversários inferiores e menosprezáveis (maltrapilhos, malfeitores, insurgentes, etc.). Isto pode levar à negligência de tratamento, de enfrentamento e de operatividade de Inteligência e à minoração operacional combativa que pode vir a ser fatal. O método eficaz de contra – guerrilha e de contra-terrorismo é a própria guerrilha e as acções de inteligência activa de natureza soberana.

Esta é a questão central para as nossas instituições de Estado, pois, se impõe esclarecer esta questão, se considerarmos que o negócio do gás, tem os grandes “players” mundiais e nós estamos imergindo. Paola Rolletta, in Savana, 12 – 07 – 2019 escreveu: “Moçambique será o segundo mais importante país do mundo em termos de exportação de gás, após o Qatar. (...) A recente descoberta de gás, a maior dos últimos 20 anos na África – sub-sahariana (na bacia do Rovuma).” Não terá isto a ver com estas brutalidades terroristas? Terrorismo? Em nossa opinião sim. Alain Birou, Dicionário das Ciências Sociais, cit. Artigo, Terrorismo, escreve: “O terrorismo é a prática sistemática e organizada do terror, sendo este um estado e a criação de um sentimento de medo colectivo, provocados por actos de violência e de morticínio. O terrorismo não se exerce só por meios atentatórios contra a vida e segurança das pessoas, mas também destruindo os serviços públicos e as infra – estruturas colectivas.”. Estamos ou não sendo vítimas de terrorismo?